

JACQUES LE GOFF

O APOGEU DA CIDADE MEDIÉVAL

TRADUÇÃO
ANTÔNIO DE PADUA DANESI

Martins Fontes
São Paulo — 1992



<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>

Título original: L'APOGÉE DE LA FRANCE URBAINE MEDIEVALE
publicado em HISTOIRE DE LA FRANCE URBAINE

Copyright © Editions du Seuil, 1980

Copyright © Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, 1989,
para a presente edição

1ª edição brasileira: novembro de 1992

Tradução: Antônio de Padua Danesi

Revisão da tradução: Monica Stahel

Revisão tipográfica:

Laila Dawa

Márcio della Rosa

Produção gráfica: Geraldo Alves

Composição: Antônio José da Cruz Pereira

Capa — Projeto: Alexandre Martins Fontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Le Goff, Jacques, 1924-

O apogeu da cidade medieval / Jacques Le Goff ; [tradução
Antônio de Padua Danesi]. — São Paulo : Martins Fontes,
1992. — (O Homem e a História)

Bibliografia.

ISBN 85-336-0127-1

1. Cidades medievais – França – História 2. Civilização medieval.

I. Título.

92-3178

CDD-307.76094402

Índices para catálogo sistemático:

1. Cidade medievais : França : Sociologia urbana 307.76094402
2. França : Idade Média : Cidades : Sociologia urbana 307.76094402
3. Idade Média : França : Cidades : Sociologia urbana 307.76094402

Todos os direitos para o Brasil reservados à

LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA.

Rua Conselheiro Ramalho, 330/340 — Tel.: 239-3677 01325-000 — São Paulo — SP — Brasil

SUMÁRIO

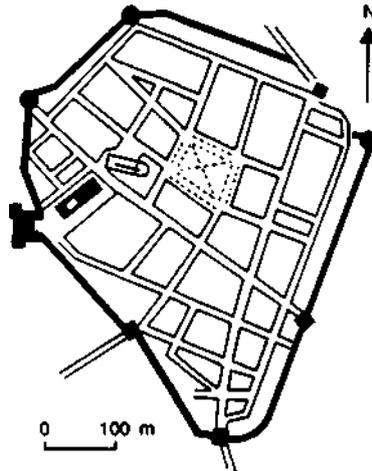
1150-1330	04
Crescimento e tomada de consciência urbana	05
A função econômica	39
Do movimento à instituição	55
O fenômeno urbano no corpo político francês	81
A nova sociedade urbana	94
A função cultural — a imagem e o vivido	124
Conclusão	146

1150-1330

De meados do século XII a cerca de 1340, o desenvolvimento da cristandade latina atinge o seu apogeu. Nesse apogeu a França ocupa o primeiro lugar e o grande movimento de urbanização está no auge. As cidades são uma das principais manifestações e um dos motores essenciais dessa culminação medieval. A atividade econômica, cujo centro são as cidades, chega ao seu mais alto nível. Sob a égide de uma Igreja que se adapta à evolução e triunfa sobre a ameaça herética, particularmente viva em certos meios urbanos, uma nova sociedade, marcada pelo cunho urbano, manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado, burguesia que dá o tom, se não o tom, à sociedade, e classes trabalhadoras, das quais uma parte — urbana — fornece a massa de mão-de-obra às cidades, e a outra — rural — alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo. A cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana. Mas a cidade tende também a se instalar, se não a estacionar. Ela cristaliza seu corpo físico nos lugares em que se fixou, quase sempre no interior das muralhas onde se encerra, institucionaliza seu impulso político numa comunidade vitoriosa mas estabilizada, sua atividade produtora se organiza segundo [pág. 001] uma tendência corporativa, sua efervescência escolar e intelectual se acomoda nas universidades. Ela estabelece sua imagem e constrói seu imaginário e sua ideologia. Mas acima dela o poder monárquico insere-a numa construção que a ultrapassa e a submete. Passa-se da cidade selvagem e conquistadora à "boa" cidade. Jerusalém, a cidade da esperança, não triunfou sobre Babilônia, a cidade da desordem. Em breve, a partir de 1260, com velocidade maior ou menor, conforme as regiões, desequilíbrios estruturais da economia e da sociedade, marcados por uma longa crise conjuntural que se aprofunda e se manifesta a princípio nas cidades, conduzem a uma crise de múltiplos aspectos. A ativação dos distúrbios sociais evoca uma realidade de desigualdades e lutas que uma harmonia de fachada mascarara durante algum tempo, as crises monetárias mostram a fragilidade de uma economia baseada no dinheiro com a qual as cidades quase se haviam identificado, a multiplicação das reclusões e das exclusões revela o aumento do número de marginais de todos os tipos, a teologia, a literatura e a arte deixam transparecer a inquietude que se exprime principalmente nas cidades. No Concílio de Vienne-sur-le-Rhône, em 1311, os contestatários franciscanos fazem a acusação da cidade. [pág. 002]

CRESCIMENTO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA URBANA

Em nosso período termina o que Sidney R. Packard chama de "revolução urbana do século XII". Embora não seja certo que haja uma revolução nas estruturas, é indubitável a existência de uma revolução quantitativa. O número de cidades e o de sua população conhecem entre 1150 e 1340 — sobretudo entre 1150 e 1300, aproximadamente — um crescimento espetacular. Por certo, é difícil aventar cifras.



Uma realização do urbanismo voluntário (1144): Montauban. A praça é o centro da cidade, reproduzindo-lhe a forma trapezoidal. [pág. 003]

Será preciso chegar ao fim do século XIII e principalmente ao início do XIV para que, a partir dos documentos fiscais provindos seja das cidades, seja do governo monárquico — os primeiros a proceder a recenseamentos depois do século XIII, que viu a sensibilização ao número e as instituições doravante habituadas a contar, urbanas e monárquicas, levantar listas de chefes de família tributáveis —, se possam aventar aproximações documentadas. Restam, pois, métodos indiretos de avaliação dos quais o principal é a estimativa — delicada — do crescimento das superfícies urbanas ou urbanizadas. O aumento do perímetro das muralhas, o aparecimento de burgos e subúrbios, a multiplicação das paróquias, dos conventos e das casas permitem concluir por um considerável crescimento urbano e sugerir proporções. Os especialistas em demografia histórica são mais ou menos concordes em estimar que a população global do reino da França no mínimo duplicou entre os anos mil e 1328, passando de cerca de 6 milhões de habitantes para 13,5 milhões, 16 a 17 milhões com as regiões que desde então se tornaram francesas. Nesse número o crescimento da população deve ter sido proporcionalmente muito superior à média e da ordem, para nos mantermos prudentes, do triplo da população inicial; e múltiplos indícios levam a pensar que o essencial desse crescimento ocorreu entre 1150 e 1300, aproximadamente. Enfim, cumpre sublinhar que o impacto das variações da população urbana sobre a vida de uma nação é nitidamente maior

que o das variações da população rural. Fernand Braudel escreveu: "As cidades são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, urdem incessantemente a vida dos homens... São os aceleradores de todo o tempo da história." O peso dos homens é maior nas cidades.

Essas cidades mais populosas afirmam ao mesmo tempo sua personalidade. Observou-se com humor, mas não [pág. 004] sem exatidão, que os habitantes das novas cidades — e não todas, porque, cabe repeti-lo, a cidade medieval já não é a cidade da Antigüidade e da Alta Idade Média — não pensavam, ao obter os forais, as franquias, em criar uma *cidade*. Pensavam em formar uma comunidade capaz de fazer frente aos senhores, mas ainda sem nome próprio (*cives*, *hospites*, *oppidani*, isto é, cidadãos, hóspedes, habitantes de uma praça forte, ou ainda, simplesmente, *habitatores*, habitantes, ou mesmo *incolae* ou *homines*, termo ao mesmo tempo muito geral e que evoca um vínculo de dependência em face de um senhor), num lugar igualmente sem personalidade própria (*civitas*, ainda cidade, ou *burgus*, burgo, *suburbium*, subúrbio, *oppidum*, praça forte, ou mais vagamente *locus*, lugar, ou *villa*, que designa indistintamente cidade ou aldeia). O nome que esses beneficiários dos privilégios urbanos vão usar de preferência, *burgenses*, apenas continuará designando uma parte da população das cidades, mas a palavra francesa que o traduz, *borjois*, batizará uma classe social, a burguesia, que triunfará no século XIX com o capitalismo e uma nova revolução urbana, a da cidade, nascida da revolução industrial. Quanto à própria cidade, é efetivamente o nome que ela vai tomar de preferência, *ville*, *villa* nas regiões de língua de *oc**, enquanto as regiões de fala germânica, essencialmente a Alsácia no que concerne à França urbana, adotarão *Stadt*.

Nem sempre chegando à unidade física e jurídica, as cidades, entre 1150 e 1300, tomarão por si mesmas uma consciência a princípio física, separando-se quase sempre por muralhas do exterior não-urbano, adquirindo uma estrutura [pág. 005] interna com pontos de referência emblemáticos. Num tempo em que a religião e a Igreja conferem a qualquer realidade sua expressão ideológica, um novo quadriculado eclesiástico de dois componentes, um transformado, da velha rede paroquial e outro, novo, dos conventos das ordens medicantes, nascidos no começo do século XIII, nas cidades e para as cidades, exprimirá essa primeira tomada de consciência urbana.

O povoamento urbano

Portanto, sem poder medir o crescimento da população urbana, pode-se avaliar de maneira aproximada, para as cidades mais importantes, o ponto de chegada quantitativo, no

* *Langue d'oc*: conjunto de dialetos falados em regiões da França ao sul do rio Loire, em que *oc* significava *sim*. (N. T.)

princípio do século XIV. Mas as estimativas variam entre 80.000 e 200.000 habitantes. Embora a primeira estimativa seja mais verossímil, ela coloca Paris no nível das maiores cidades italianas, Veneza, Milão, Florença. Depois de Paris, Rouen e Montpellier provavelmente contavam cerca de 40.000 habitantes, Toulouse 35.000, Tours 30.000, Orléans, Estrasburgo e Narbonne 25.000, Amiens, Bordeaux, Lille e Metz 20.000. A população de Arras, Avignon, Beauvais, Bourges, Dijon, Douai, Lyon, Marselha e Reims situar-se-ia entre 10.000 e 20.000 habitantes. As grandes cidades da Flandres condal, Gand, Bruges, Tournai e Ypres, seriam povoadas respectivamente por 60.000, 30.000, 20.000 e 10.000 habitantes, aproximadamente.

Essas cidades conheceram, ao longo de um século e meio, um intenso crescimento, com fases de aceleração e de desaceleração.

Em meados do século XII, Lille adquire uma muralha que devia conter cerca de 80 ha. Na metade do século XIII, uma nova muralha eleva essa superfície a 100 ou 115 ha, [pág. 006] "englobando a ilha de Rihour, as pradarias adjacentes e o subúrbio de Weppes" (A. Derville).

Em Metz, em meados do século XII, à muralha galo-romana acrescenta-se uma muralha que protege o subúrbio mais ativo do ponto de vista econômico, o Neufbourg, ao sul, até Champ e Seille. No primeiro terço do século XIII, construiu-se uma nova muralha que englobou os subúrbios de além-Seille, Port-Moselle e além-Moselle. No final do século a muralha do bairro de além-Seille foi modificada para incluir a Greve. A muralha encerrava então uma superfície de 159 ha, enquanto a cidade romana cobria apenas 70 ha (J. Schneider).

Em Reims, o crescimento urbano é favorecido pelo arcebispo Guillaume de Champagne, Guillaume das Mãos Brancas, tio de Filipe Augusto (1176 -1202). A partir de 1183, ele realizou o loteamento da totalidade de seu domínio em torno de uma artéria central, a Nouvele Couture, e concedeu um foral aos habitantes do novo burgo. Loteou também uma parte do Jard (cercado) episcopal, que se tornou o Jard-au-Drapiers ou Jard-l'Archevêque. Por sua vez, os cônegos do capítulo urbanizaram o território denominado Terra Comum, e a abadia de Saint-Remi loteou os terrenos entre o mosteiro e o Vesle — em 1205, menciona-se ali uma rue des Moulins [rua dos moinhos]. Aqui, como em muitas outras cidades da época, "teve-se uma visão ampla e ambiciosa: nem todo o espaço oferecido foi ocupado; mas a superfície construída quase duplicou". Essa "explosão urbana" concentra-se no período 1160-1210: "Já nesta última data, a cidade atingiu seus limites extremos para o período medieval." Contrariamente ao período anterior, a urbanização, desta vez, é dirigida. "Fruto da vontade de um homem e não mais obra coletiva de gerações sucessivas, a segunda fase de desenvolvimento foi muito diferente. A lenta e cega progressão em mancha de óleo sucede o salto deliberado [pág. 007] e organizado... Desta vez a urbanização precede o povoamento em vez de ser a sua conseqüência... Em Reims, os urbanistas dos anos 1180-1210 fixaram definitivamente a configuração de sua cidade por vários séculos." (P. Desportes) Em 1209,

Filipe Augusto decide a construção de uma muralha, mas os urbanistas de Reims só a realizarão no século XIV.

Em Montbrison, a cidade também se desenvolve e conhece uma aceleração de seu impulso entre 1190 e 1220. O castelo tornou-se a residência habitual do conde do Forez, o mercado deixou de ser local para tornar-se regional, Montbrison se estende de ambos os lados do Grand Chemin, onde o tráfico comercial se intensifica (E. Fournial).

Em Montpellier, cujo nome aparece em 985 e que possui uma primeira muralha em 1901, constrói-se na segunda metade do século XII uma nova muralha, o muro comum, que engloba novos subúrbios. Em 1180, nos 40 ha fechados vivem provavelmente perto de 10.000 habitantes. No curso do século XIII essa população quadruplicará. Em Aix-en-Provence, já no fim do século XII, a superfície das três "cidades" que compõem a aglomeração (cidade condal, vila de Tours, burgo Saint-Sauveur) já duplicou desde a Alta Idade Média. "Durante o século XIII, os muros são transbordados por todos os lados e novos bairros brotam do outro lado de cada lanço de muralha." Uma muralha circunda antes de 1270 um novo bairro de casas construídas que se instalou sobre terrenos ditos incultos — entregues, porém, a uma cultura intensiva —, o futuro burgo dos Ingleses. "A superfície ocupada pela cidade ainda duplicou, ou mais que isso, entre 1200 e a Peste Negra." (N. Coulet)

Entre 1060 e o final do século XII, em Avignon, o número dos moinhos quase duplicou, uma muralha anterior a 1223 circunda 38 ha, o dobro do que encerrava a muralha do século X. **[pág. 008]**

Na Alsácia, graças ao *Atlas* de F. Himly, pode-se determinar facilmente as ampliações do solo urbano ocupado no interior de sucessivas muralhas. Em Colmar, uma primeira muralha é construída por volta de 1220, uma segunda, que engloba os subúrbios, é erigida de 1232 a 1328 e faz mais que duplicar a superfície da cidade. Em Erstein, a cidade encerrada numa muralha em 1260 é quase duplicada pelo muro do subúrbio do Niederheim em 1291. Em Haguenau, a cidade encerrada numa primeira muralha por volta de 1150 é englobada num espaço cerca de quatro vezes maior por volta de 1230 e absorve o Königsau (castelo imperial, dotado de uma muralha por volta de 1114) antes de conhecer um novo crescimento considerável na terceira muralha, por volta de 1300. Em Ribeauville são quatro "cidades" que se cercam sucessivamente de muralhas, a cidade antiga (Altstadt) antes de 1287, a cidade baixa (Unterstadt) e a cidade média por volta de 1298, o burgo superior (Oberdorf) antes de 1341. Em Sélestrat, três muralhas se sucedem, em 1216-1230, 1280 e 1370-1425. Estrasburgo conhece durante o nosso período duas ampliações que acarretam novas muralhas, em 1202-1220 e de 1228 a 1334. Wissemborg constrói uma primeira muralha que engloba a abadia de São Pedro e São Paulo, do século VII, e seu núcleo, fortificado antes de 1179, conhece uma primeira ampliação com o subúrbio de Bruch antes de 1213 e uma segunda com o subúrbio do Bannacker antes de 1265.

Com exceção de Estrasburgo, a maioria dessas cidades alsacianas surgiu na Idade

Média, como Lille ou Montpelher, a primeira a partir de um castelo feudal, a segunda a partir de um posto de parada numa estrada de peregrinação — O *cami roumieu* (caminho de Roma) —, que se torna no século XI uma aglomeração de caráter comercial.

Mas o crescimento urbano exprime-se também por criações propriamente ditas. No entanto, a maioria delas, pelo [pág. 009] menos depois de 1150, não origina verdadeiras cidades, apesar de algumas realizações dos templários, que fundam aglomerações ao lado de algumas de suas comendadorias, como, em 1192, La Couvertoirade (Aveyron), cuja muralha circular, com suas portas e torres, acha-se bem conservada.

Uma grande realização é Montauban, fundada em 1144 pelo conde de Toulouse, Alphonse Jourdain, defronte do burgo do mosteiro de Montauriol, cujos habitantes o abandonaram em massa para ir morar na nova cidade. Em pouco tempo Montauban cresceu e tornou-se importante. O papa de Avignon João XXII, elevou-a a bispado em 1317.

O século XIII, após as *sauvetés** do século XII, é, na ordem das criações de aglomerações, o século das *bastides***. Como o nome indica, o fenômeno é essencialmente um fato meridional, um fenômeno do Sudoeste. Ele afeta principalmente o Toulousain, o Albigeois, o Agenais e o Péri-gord. As *bastides* são antes de tudo criações de grandes personagens. Em primeiro lugar, seguindo o exemplo do conde de Toulouse, Raymond VII (criador, notadamente, de Cordes em 1222), os reis da França, São Luís, Filipe III, o Ousado, Filipe IV, o Belo, o primeiro sobretudo através de seu irmão, Afonso de Poitiers, conde de Toulouse de 1249 a 1271, os outros por intermédio de Eustache de Beaumarchais, senescal de Toulouse de 1272 a 1294. Um documento de 1271 atribui a Afonso de Poitiers quarenta e cinco criações ou recriações (*fecit, fecit fieri, fecit ãe novo*, criou, fez criar, criou de novo), especialmente Sainte-Foy-la-Grande (c. 1250), Villeneuve-sur-Lot (1253), Villefranche-de-Rouergue (1256), Villefranche-de-Lauraguais (1271). No reinado [pág. 010] de Filipe, o Ousado, e no início do reinado de Filipe, o Belo, aparecem outras, como Montréjeau, Revel (1280), Mi-rande (1282), Grenade-sur-Garonne (1290), Beaumont de Lomagne, etc. Os reis da Inglaterra, a oeste, fundam também suas *bastides*, entre as quais Créon, Libourne (1269), Beaumont-en-Périgord (1272), Monpazier (1285). Em menor grau, os grandes senhores da região, e em primeiro lugar os condes de Armagnac e os condes de Foix-Béarn, foram também fundadores de *bastides*. A última onda de *bastides* atingiu o Périgord entre 1261 e 1306 e, embora representem apenas 4% do habitat da região, as 23 *bastides* ali criadas forneceram 9 das 60 sedes de distrito de castelânicas, ou seja, 15%.

O que significa o fenômeno das *bastides*? Houve quem as considerasse o canto do cisne do movimento comunal, mas as lutas sociais não parecem ter desempenhado nenhum papel em sua criação. Foram vistas também como uma expressão do impulso demográfico do período, mas num momento em que esse impulso parece bastante atenuado. O aspecto militar

* Aldeolas francas criadas durante o feudalismo, por iniciativa dos mosteiros, para servir de refúgio e proceder ao arroteamento. (N. T.)

** Cidades fortificadas. (N. T.)

nessa zona fronteira onde reis da França e da Inglaterra disputam asperamente o terreno também chamou a atenção, e é provável que os soberanos tenham visto aí pontos de apoio estratégicos, mas a maioria dessas *bastides* não foi fortificada durante longo tempo. Finalmente, o grande especialista da questão, Charles Higounet, pensa que se trata sobretudo de uma Organização da ocupação do solo e de um agrupamento da população. Assim as *bastides* permanecem muito inseridas no tecido campesino, constituindo antes burgos rurais do que cidades propriamente ditas. Talvez seja sobretudo pela regularidade de sua planta, por uma certa idéia "urbanística" de sua estrutura — à qual voltaremos —, que as *bastides* trouxeram sua contribuição para a formação da França urbana. Mas pode ser que [pág. 011] essa estrutura esteja igualmente ligada à dos solos. Sua presença na França urbana é, salvo exceções, marginal.

Ao lado da criação de *bastides*, São Luís está na origem de duas realizações urbanas do Sul, entre o Ródano e o Ga-ronne; Carcassonne e Aigues-Mortes. Carcassonne, fundada em 1247, após a destruição do subúrbio consecutiva à revolta de Raymond Trencavel, foi cercada de muralhas — em pedra somente do lado do rio, contra as inundações, o resto em terra batida —, por ordem de Filipe, o Ousado, em 1276. Aigues-Mortes, concebida em 1240, dotada de um foral em 1246 e onde os genoveses tinham cônsules já em 1249, foi criada como base de partida para a cruzada. Só a torre de Constance foi construída no reinado de São Luís. O essencial das muralhas data do reinado de Filipe III e foram terminadas por Filipe, o Belo.

Embora menos intensa, a atividade de criação urbana entre 1150 e o começo do século XIV não foi inexistente nas regiões setentrionais do reino, e em especial, precoce-mente, no condado de Flandres, onde prossegue o dinamismo demográfico econômico e urbano do período anterior. No início do reinado do conde Filipe da Alsácia (1168-1191), associado ao seu pai desde 1157, novas cidades, como Gravelines (1163), Nieuport, Damme (1180), Biervliet (1183), Mardick e Dunkerque (c. 1183), portos situados às margens de estuários na proximidade da costa, testemunham uma política urbana do conde. Gravelines, por exemplo, fundada em 1163, desenvolveu-se rapidamente a partir de 1180.

Esse aumento da superfície urbana, que é em grande parte uma superfície construída, provém do afluxo dos homens. Tais homens vêm do campo e, em sua maioria, do campo próximo. O século XIII, século do início do recenseamento, é também o século do surgimento dos nomes próprios, nomes de família, nomes de ruas. É sobretudo estudando os patronímicos urbanos, dos quais um número considerável [pág. 012] é constituído pelo lugar de origem desses imigrados, em geral recentes, que se pode esboçar a história do povoamento das cidades.

A distância entre lugar de origem e a cidade de imigração depende evidentemente da importância dessa cidade, de sua atividade, de seu poder de atração.

No Forez, a cidadezinha de Montbrison encontra, entre 1220 e 1260, 40% de seus

imigrantes a menos de 10 km, 38% a uma distância entre 10 e 20 km, e apenas 3 famílias em cada 51 vêm relativamente de longe, uma de Lyon, uma de Auvergne e uma provavelmente de "France" (isto é, Île-de-France no sentido amplo). Para o período 1260-1340, a atração da cidade aumenta: 4/5 dos imigrantes provêm de um raio já não de 20, mas de 30 km. Entre 1300 e 1349, dois terços dos recém-chegados provêm de um raio de 40 km e para cada período algumas famílias vieram de lugares cada vez mais distantes (mesmo na Normandia e, no último período, da Itália e, talvez, da Espanha).

Para uma aglomeração foreziana mais modesta, Saint-Haon-le-Chatel, no período 1252-1348, 78% dos imigrantes são originários de uma zona de 20 km em torno da cidade e 75% são certamente de origem rural.

Para uma grande cidade como Metz, um estudo pioneiro de Charles-Edmond Perrin em 1924 mostrou que os imigrantes do século XIII vieram essencialmente da região lorena e mais particularmente da zona de Metz, sobretudo das aldeias próximas. Todavia algumas famílias patrícias conservavam em seu patronímico a lembrança de uma origem remota: Estrasburgo, Colônia, Veneza, Troyes e Huy. Arras, como Metz, recebe no século XIII o essencial de sua população de um raio de 40 km ao redor da cidade.

Para Reims, o estudo bastante preciso de Pierre Desportes, abrangendo os 600 nomes de lugares usados por famílias que figuram nas listas feitas entre 1304 e 1328, mostra [pág. 013] que 50% dessas famílias são originárias de localidades situadas a menos de 3 léguas (cerca de 13 km) da cidade, 60% provêm de menos de 30 km, 35% do restante é proveniente das Ardenas. A grande maioria desses lugares de origem é constituída por aldeias.

O caso de La Rochelle, para a qual possuímos uma lista dos nomes dos lugares de origem dos burgueses em 1224, é diferente. A atração se exerce sobre a maior parte da França, especialmente Flandres, Normandia, Bretanha, e sobre a Itália (Lombardia e Gênova), a Espanha (Santander, Pamplona, Saragoça) e a Inglaterra (Norwich, Londres, Southampton). É verdade que se trata de um porto e de uma cidade cuja atividade comercial e financeira (ligada sobretudo à exportação do vinho) se acha então em pleno desenvolvimento.

Ressalta desses dados que no nível dos homens, em primeiro lugar, os laços das cidades com a sua "terra" — seu meio geográfico — são muito fortes e que a origem de sua população é sobretudo rural. Como essa população, segundo veremos, é muito móvel, pode-se dizer que a cidade é povoada em grande parte por camponeses recém-urbanizados. Insiste-se, e com razão, como veremos, no caráter semi-rural das cidades medievais. A penetração dos campos nas cidades faz-se inicialmente no nível dos homens. A França urbana medieval é em grande parte uma França rural da cidade.

A cidade e o exterior: as muralhas

Nem todas as cidades medievais foram cercadas por muralhas; muitas só o foram

inteiramente após 1340, sob o efeito da Guerra dos Cem Anos. Ao contrário, numerosas aldeias foram fortificadas. E, não obstante, a muralha foi o [pág. 014] elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais. Embora seja provável que motivos militares tenham estado na origem da construção das muralhas, nem por isso estas deixaram de constituir — inspiradas no modelo dos muros, antigos ou lendários, que definem um espaço sagrado da cidade — o elemento essencial para a tomada de consciência urbana na Idade Média. A muralha foi a base material da identidade urbana e estabeleceu uma dialética do interior e do exterior que dominou a atividade urbana, dialética que a cidade medieval ocidental não chegará a realizar plenamente, até a perfeita distinção entre o interior e o exterior. A cidade medieval situa-se entre dois tipos de cidades que souberam, com ou sem muralha, separar-se radicalmente do campo: a cidade antiga, que vivia na oposição *urbs/rus* e mantinha a rusticidade no exterior, e a cidade industrial e pós-industrial, que devorou o campo. Em ambos os casos, o que permanecia de "natureza" não passava de uma "imitação" sofisticada da natureza — os jardins na Antigüidade, os "espaços verdes" hoje. A cidade medieval permanece mesclada ao campo, deixando fora de suas muralhas subúrbios e um arrabalde plantados no campo, acolhendo no interior de seus muros, em compensação, pedaços de campo, terrenos cultivados, prados, espaços vazios e, ocasionalmente, camponeses refugiados. O termo "cidade campestre", dado às mais permeáveis ao campo, pode aplicar-se, na realidade, a qualquer cidade medieval.

Em novembro de 1388, o cronista Froissart, dirigindo-se a Orthez em companhia do conde de Foix, Gaston-Phébus, passa por Tharbes. A vista da cidade inspira-lhe a descrição de um verdadeiro ideograma urbano: "Tharbes é uma bela e grande cidade, situada em pleno campo e no meio de belos vinhedos; tem cidade, *cité* e castelo, fechados por portas, muros e torres, e separados um do outro." [pág. 015]

Para muitas cidades medievais, com efeito, é um problema alcançar a unidade a partir da multiplicidade dos núcleos que a princípio se justapuseram ou, em todo caso, da freqüente dualidade que opõe uma cidade antiga, a *cité*, cidade episcopal, senhorial, com grande proporção de eclesiásticos, a uma nova aglomeração nascida do artesanato e do comércio, o burgo. E o que Yves Barel chama de "cidades divididas" e "cidades reunidas", a que prefiro "cidades justapostas" e "cidades unificadas".

Essas cidades duplas ou múltiplas, cada qual dentro de sua muralha, nem sempre chegam, ou só chegam tardiamente, a se reunir.

Em Nevers, a reunião do burgo e da *cité* foi realizada já no fim do século XII, no interior de uma mesma muralha, mas cada comunidade conservou sua administração particular.

Em Narbonne e Arras não houve muralha de reunião, se bem que burgo e *cité* fossem contíguos. Em Limoges, 500m separavam a *cité* do burgo Saint-Martial, que a ultrapassou em importância em 1182, data aproximada da construção de uma muralha mais vasta, e burgo e

cité só vieram a fundir-se coagidos e forçados pela Revolução, em 1792.

Aries compunha-se de quatro elementos, a *cité*, o burgo antigo, o burgo novo e o mercado," cada qual com sua muralha e sua administração. Só em 1623 eles se reuniram dentro de uma mesma muralha.

Em Nice, à cidade alta cercada por uma muralha desde o século XII se juntam, ao longo do século XIII, novos bairros, que se reúnem para formar o "Puy de la Mer" (*Podium maris*), a cidade "inferior" ou cidade baixa, cercada, no começo do século XIV, por uma muralha que se articula com a muralha da cidade alta, mas sem fundir-se com ela nem englobá-la.

Em Carcassonne, como vimos, a *cité* protegeu-se em três etapas. De 1228 a 1239, trata-se essencialmente de reparar [pág. 016] e reforçar a velha muralha do Baixo Império. Após o cerco de 1240, para proteger a *cité*, São Luís fez destruir o burgo e os subúrbios que se apoiavam à muralha e mandou construir na outra margem do Aude uma cidade nova para os habitantes refugiados. Uma terceira campanha, entre 1280 e 1287, consolidou e alargou um pouco os muros da *cité*.

No entanto, a dualidade das comunidades não impediu, muitas vezes, que se encontrassem para certos problemas terrenos de acordo — manifestando o espírito de unidade que penetrava cada vez mais os habitantes. Em Rodez o *hôpital du Pas*, atestado em 1192 e situado na fronteira entre o burgo e a *cité*, devia prestar contas anualmente aos cônsules das duas comunidades.

Em Toulouse, a noção de uma comunidade urbana englobando *cité* e burgo aparece já em 1141 e ela passa a chamar-se *Tolosa*, Toulouse. Do mesmo modo que os heróis cavaleirescos de Chrétien de Troyes aprendem sua identidade pela revelação do seu nome, a cidade se revela a si mesma e se afirma perante as outras pela proclamação de seu nome. A cidade adotou o nome de *cité*. *Tolosa* passa a ser, como dizem os documentos, *urbs et suburbium*, a cidade e o subúrbio, a cidade e o burgo. A partir de 1190, *Tolosa* é empregado como termo geral. "A consciência da entidade global tornara-se bastante forte para não exigir a cada passo a evocação de seus constituintes." (Ph. Wolff) Foi encavalada no local do velho muro romano que separava as duas aglomerações que se construiu a casa comum. Em 1222, os cônsules promulgam um texto que organiza um "conselho comum", composto por metade dos cônsules de cada comunidade.

Quaisquer que tenham sido para a tomada de consciência dos habitantes as conseqüências da construção e da existência de uma ou várias muralhas, a importância de seu papel militar é evidente. Ainda aqui o funcional e o simbólico, [pág. 017] o militar e o político estão estreitamente ligados. Veremos mais adiante a incidência da edificação das muralhas sobre as finanças urbanas. A guarda e a manutenção desses muros e de suas portas constituiu desde logo um aspecto da luta dos novos cidadãos para assumir eles próprios suas responsabilidades. Mas também, sem que seja possível distinguir o que prevaleceu, a vontade

dos cidadãos ou o desejo do senhor ou do rei, tem-se a impressão de que o desejo de livrar-se desse encargo de vigilância levou esses senhores ou o rei a conceder mais facilmente ou mais cedo, contra seu compromisso de vigiar as portas e os muros, outros privilégios aos habitantes das cidades. Por outro lado, às vezes vêem-se também estes, longe de reivindicar essa função de espreita, vigilância e manutenção, tentando isentar-se dela como do serviço militar.

Em Clermont, já no primeiro foral que conhecemos, em 1219, o conde Guy II faz estipular que, em troca do direito para a comunidade urbana de reunir-se e de fazer "o que lhe compete", os cidadãos (*cives*) deverão vigiar os muros e as torres e limpar os fossos.

Em Montpellier, a vigilância da muralha parece caminhar de par com a organização dos ofícios. Desde 1204 a guarda das portas é repartida entre trinta desses ofícios.

Ainda aqui aparece a ambigüidade da relação cidade/campo. A muralha define um espaço de exclusão, o do mundo rural, mas também é feita para acolher eventualmente, em caso de guerra, habitantes desse mesmo mundo. A função pode inverter-se e, em relação à população rural, a muralha pode definir, no interior, um espaço de refúgio, em conformidade, aliás, com uma das grandes imagens da cidade — a cidade do refúgio — que o Antigo Testamento lega à cidade medieval. Essa função tinha sido essencial nas *sauvetés*. [pág. 018]

Por conseguinte, os camponeses, eventuais beneficiários da proteção da muralha urbana, são chamados com bastante freqüência, ao que parece, a participar de sua vigilância. Em Poitiers, os aldeões dos povoados vizinhos colaboravam para a manutenção da muralha e participavam do serviço de *espreita*. Ressaltou-se que os 6km de muralhas, encerrando uma população relativamente pequena (15.000 habitantes?), requeriam, para ser eficazes, um grande número de vigias, de reparadores e, em certas ocasiões, de defensores (R. Crozet).

Durante o nosso período as muralhas tiveram relativamente pouca utilidade. A paz prevaleceu quase sempre sobre a guerra e o banditismo organizado em larga escala, como durante a Guerra dos Cem Anos. No entanto as empresas de Filipe Augusto contra os ingleses (conquista da Normandia) e os flamengos (campanha de Bouvines), as expedições militares, sobretudo dos senhores do Norte e, depois, dos reis Luís VIII e São Luís contra as populações meridionais, e enfim as campanhas de Filipe, o Belo, contra os ingleses no Sudoeste e contra os flamengos no Nordeste foram marcadas por um certo número de sítios de cidades.

Os mais espetaculares, os mais dramáticos, os mais significativos foram aqueles sofridos pelos habitantes de algumas cidades do Sul quando da cruzada dos albigenses.

Em 1209, os cruzados franceses sitiavam Béziers. A canção em occitano iniciada por Guillaume de Tudèle conta assim a ilusão dos habitantes de Béziers¹: [pág. 019]

*E achavam que sua cité estava tão bem fechada,
E por muros cercada e estreitada,*

¹ Os textos a seguir são extraídos de Zerner-Chardavoine, *La croisade albigeoise*, Julliard, col. "Archives", 1979.

*Que não poderia ser forçada por um mês inteiro.**

Ora, logo após a chegada dos cruzados, libertinos (*truands, arlots, gars*, como ainda lhes chamam os textos da época), provavelmente mercenários especialmente treinados, arrombam as portas da cidade, abrindo o caminho para os cruzados, que se entregaram a um dos mais selvagens massacres da história.

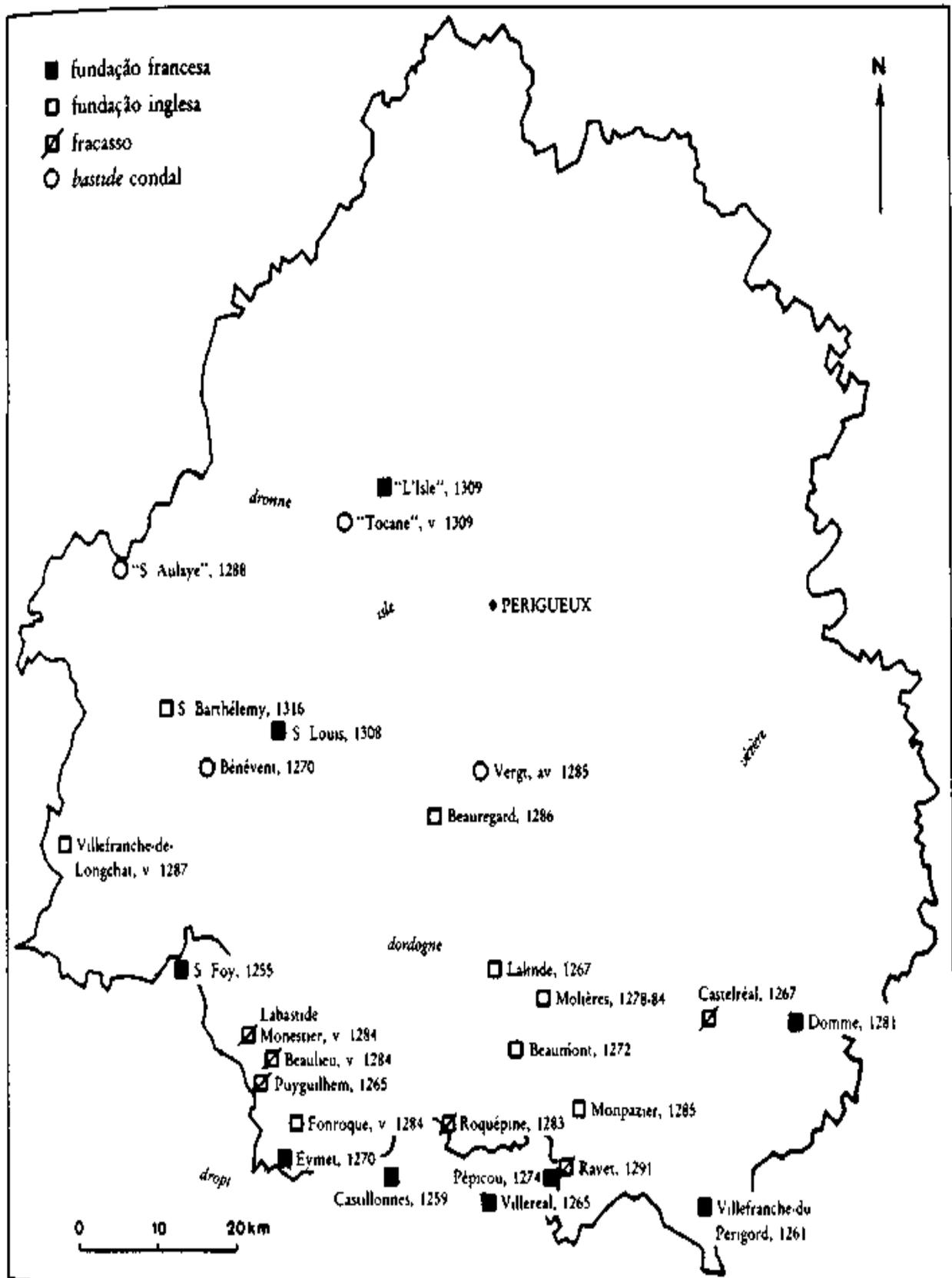
*São mais de quinze mil...
Cercam toda a cidade para demolir os muros,
Descem aos fossos e dão golpes de picareta,
Outros vão quebrar e despedaçar as portas.
Vendo isto, os burgueses foram tomados de pavor...***

Depois, nesse mesmo verão de 1209, é o sítio de Carcassonne. Seus habitantes tomam mais precauções do que os de Béziers, destruindo inclusive o refeitório, o celeiro e as estalas da igreja dos cônegos regulares para reforçar os muros da cidade. Eis o começo do relato do cerco pelos assaltantes:

"No terceiro dia, os nossos, esperando tomar de assalto e sem máquinas o primeiro subúrbio, que era um pouco menos fortificado que o outro, precipitaram-se sobre ele todos ao mesmo tempo... Tomaram o primeiro subúrbio, que os inimigos tinham abandonado imediatamente... Os nossos julgaram que poderiam tomar da mesma forma o segundo [pág. 020]

* *Et ils croyaient que leur cité était si bien fermée/Et de murs tout enclose et serrée,/Qu'elle ne pourrait être forcée d'un mois tout entier.* (N. T.)

** *Ils sont plus de quinze mille.../Ils entourent toute la ville pour demolir les murs/Ils descendent dans les fosses et donnent des coups de pic,/D'autres vont briser et mettre en pièces les portes./Les bourgeois a cette vue furent pris d'épouvante...* (N. T.)



Um capítulo tardio da criação das *bastides*: as *bastides* do Périgord (segundo Ch. Higounet, *Bordeaux pendant le haut Moyen Âge*, Féd. hist. du Sud-Ouest, 1963). [pág. 021]

subúrbio (que é, de longe, mais fortificado e mais bem defendido). Ante esse assalto, o visconde e os seus defenderam-se de maneira tão viril que os nossos tiveram de retirar-se do fosso onde haviam penetrado, sob um jato incessante de pedras. Os nossos levaram máquinas, chamadas roqueiras [*pierrières*], para demolir os muros. Quando o alto das muralhas foi abalado pelo arremesso das roqueiras, nossos ‘fogueteiros’ levaram um carro de quatro rodas, coberto de peles de bois... os adversários logo o destruíram, lançando ininterruptamente fogo, paus, pedras, sem conseguir retardar o trabalho dos sapadores, os quais se haviam introduzido no fundo de uma cavidade praticada na parede... No dia seguinte, ao raiar do dia, o muro demolido desabou..." A canção occitana conta-nos o último episódio.

*O visconde e os seus subiram aos muros,
Lançaram-se com balestras flechas munidas de pena,
E de ambos os lados muitos morreram.
Se o povo que se reunira não fosse tão grande,
Pois viera de toda a terra,
Jamais se teria conseguido tomá-la e forçá-la em menos de um ano,*

*Porque as torres eram altas e os muros ameaçados.
Mas a água lhes foi tomada, e os poços secaram,
Devido ao grande calor e ao pleno verão,
Devido a infecção que se espalha entre os homens, que caíram doentes.*

*E ao numeroso gado que se esfolara
E que fora trazido de toda a região,
Devido aos fortes gritos, que de toda parte soltavam
Mulheres e crianças, dos quais tudo estava atulhado... * [pág. 022]*

Em compensação, no ano de 1240, quando o descendente dos Trencavel — a família viscondal — tentou retomar a cidade e a sitiou, não teve êxito. O relato do senescal Guillaume d’Ormois em Branca de Castela especifica as consideráveis melhorias trazidas à muralha quando da reconstrução de 1228-1299. Fizeram-se liças protegidas por uma muralha em alvenaria munida de um parapeito ameaçado e flanqueado de torres de apoio e de pelo menos três barbacãs.

Assim, tal como nos castelos fortificados, a defensiva prevaleceu habitualmente nas cidades, e as muralhas dissuadiram ou resistiram. Quase sempre a fome, a sede, a doença ou a traição explicam as derrotas pouco numerosas dos cidadãos sitiados.

Compreende-se que o primeiro cuidado dos sitiados vencedores tenha sido o de fazer

* *Le vicomte et les siens sont montes sur les murs,/On lança avec des arbalètes des flèches gainées de plume,/Et depart et d’autre beaucoup moururent./Si le peuple qui s’était amassé n’avait été si grand/Car de toute la terre il en était entré,/On n’aurait jamais pu la prendre et la forcer en moins d’un an/Car les tours étaient hautes et les murs crénelés./Mais Veau leur a été prise, et les puits sont a sec./A cause de la grande chaleur et du plein été./A cause de l’infection qui se répand chez les hommes, tombes malades./Et du nombreux bétail qu’on avait écorché/Qui de tout le pays avait été amené,/A cause des grands cris, que poussaient de partout/Femmes et petits enfants, dont tout était encombré... (N. T.)*

destruir por razões militares e simbólicas essas muralhas, sinal insolente do espírito de resistência dos cidadãos.

Simon de Montfort, que não ousara atacar Toulouse após sua vitória de Muret, aproveitando as decisões do IV Concílio de Latrão e da entrega que lhe foi feita do castelo de Narbonne, a residência condal extramuros, recebeu então a submissão dos tolosanos: "Mandou destruir as muralhas da *cité* e os muros do burgo, nivelar os fossos e destruir as torres das casas fortes no interior da cidade..."

Rouen entregara-se em 1204 a Filipe Augusto, que entrou na cidade por uma brecha aberta na muralha, mandou arrasar o castelo ducal, sapor as muralhas e atulhar os fossos. **[pág. 023]** O panegirista do rei escreve: "Ela sucumbia enfim, a orgulhosa comuna, mutilada em seu poder, forçada a abrir ela própria uma brecha em suas muralhas e a derrubar com as próprias mãos sua antiga cidadela." Filipe Augusto mandou erigir sobre a colina Bouvreuil, que domina Rouen, uma enorme fortaleza para vigiar a cidade, e esta, tornada francesa, logo p de, ao que parece, reerguer suas muralhas. A simbólica da destrui o tinha esgotado sua eficácia.

O sistema de muralhas leva a privilegiar elementos essenciais do ponto de vista tanto funcional quanto simbólico: as portas. Elas são o instrumento da dialética do exterior e do interior. Por elas entram, para o melhor ou o pior, os produtos da terra e as mercadorias mais longínquas, os homens, imigrantes, camponeses, mercadores, soldados; por elas saem os produtos e os homens da cidade, tudo o que ela elabora em suas oficinas econ micas, intelectuais e espirituais, em suas praças, em suas barracas, tavernas, escolas, igrejas.

A defesa das portas, pontos nevrálgicos da muralha,   um dever prioritário. O espaço contíguo   porta, externo e, mais ainda, interno,   um lugar privilegiado para assistir às idas e vindas, intervir no tráfico dos g neros e dos homens. A cidade medieval   aqui a herdeira da ideologia urbana mais antiga, que sempre sacralizara o espaço ao redor da porta. O aspecto monumental e simbólico dessas portas teve como resultado, por outro lado, sua conserva o, às vezes até os nossos dias, em lugares onde a muralha foi destruída há muito tempo.

Em fun o da importância da cidade, mas também da estrutura de suas rela es com o exterior, o número das portas   restrito ou elevado. Na *cité* de Carcassonne houve apenas duas portas, a porta de Narbonne e a porta de Aude. Em Metz, maior, aberta para múltiplos subúrbios e estradas, havia dez portas no século XIV. Em Paris, a muralha **[pág. 024]** de Filipe Augusto contou dezenove portas e poternas. Nem todas as portas de uma muralha urbana têm a mesma importância. Em Paris, por exemplo, a porta Saint-Denis distinguia-se entre todas as outras: dando para a basílica real e sua célebre feira do Lendit, atestada desde o século XII, ela era sobretudo a porta real por excelência: "Era por ali que os soberanos faziam sua entrada em Paris quando vinham de Saint-Denis; era por ali que eram conduzidos   sua derradeira morada: porta de alegria e porta de luto." (P. Lavedan)

Perto das portas instalam-se mercados, albergues e, no começo do século XIII, alguns

conventos das ordens mendicantes, a princípio por vezes no exterior, depois, quando podem fazê-lo, no interior, naquele posto de observação e captura (moral) do que entra e do que sai.

As portas ligam a cidade ao exterior — ao exterior próximo, ao exterior distante. Nelas desembocam, delas partem as estradas. A cidade é a encruzilhada de estradas. Muitas vezes a estrada, nas proximidades imediatas da cidade, transpõe um obstáculo, um rio. A relação das cidades, especialmente das cidades medievais, com seus rios é ambígua. O rio é sem dúvida, para a cidade medieval, também uma estrada, portadora de mercadorias e de homens. O transporte fluvial é um elemento importante da rede urbana. Rouen, Paris, Nantes, Tours, Orléans, Bordeaux, Agen, Toulouse, Aries, Avignon, Vienne, Lyon, como imaginá-las sem os seus rios? Mas também Metz, Besançon, Cahors, Périgueux, Angers, Caen, quantas outras mais modestas? No entanto o rio próximo é a princípio um obstáculo a transpor. A cidade vive, a cidade age, a cidade existe quando pelo menos uma ponte rompe o seu isolamento. A construção das pontes será uma das grandes empresas da cidade medieval. Uma cidade como Agen se empenhará nessa tarefa durante um século. Ponte estável, resistente, gloriosa se possível. [pág. 025] Cidades germânicas ou italianas, principalmente no circuito dos Alpes, glorificam-se com suas pontes cobertas em madeira. As cidades do espaço francês preocuparam-se sobretudo em substituir a madeira pela pedra. Nessa promoção pelo material de construção (Roma, outrora, orgulhara-se de sua metamorfose de tijolo em mármore), a ponte logo se inscreve, após as igrejas e o castelo senhorial, antes da casa comum e dos palácios dos ricos, como um dos monumentos principais das cidades.

Primeiro falemos das estradas. Arlette Higounet-Nadal descreve para Périgueux a dupla rede das estradas a grandes distâncias e dos caminhos para as paróquias vizinhas e os burgos mais afastados. Para as primeiras, para nos atermos àquelas explicitamente mencionadas nos documentos, estrada de Paris com vários itinerários possíveis a partir de Limoges (a estrada medieval é um fuso entre dois grandes centros), estrada de Angoulême e estrada de Toulouse, onde até Mon-tignac os guias de Périgueux acompanhavam as personalidades em viagem de inspeção ou em visita ("o caminho de Périgueux a Montignac", como lhe chama um texto de 1324) e de onde, em Bonneval, destacava-se um entroncamento para Brive, estrada para Limeuil, estrada para Bergerac, mencionada em 1318, 1333 e 1340, que se sobrepunha ao caminho de São Tiago, estrada longínqua para Avignon por Domme, Cahors e Montpellier, fragmento da grande estrada do Mediterrâneo ao Atlântico, descrita por Yves Renouard.

Numerosos, os caminhos para as paróquias vizinhas e os burgos mais afastados não diferiam, com frequência, das vias com destinações mais distantes; umas e outras eram quase sempre igualmente qualificadas de "caminhos", e artérias de pequeno alcance podiam ser chamadas de "grande caminho" [*grand chemin*], como o de Périgueux a Boulazac, ou mesmo *via publica*, "estrada pública", como a de Périgueux a Pranches. [pág. 026]

O mais importante talvez fosse "o emaranhado dos pequenos caminhos que serviam as

terras agrícolas", pois "era essencial que a cidade que abrigava grande número de lavradores tivesse relações cômodas com sua terra, onde, por outro lado, as parcelas eram muito pequenas e, portanto, numerosas".

Vemos, assim, os laços estreitos que unem cidade e campo, uma cidade que penetra e domina o campo mas que também está aberta às suas influências.

Vamos reencontrar em Reims essa rede de estradas de longo alcance para Paris, as cidades de Champagne, Verdun, Laon, mas também para as duas regiões essenciais às relações de Reims, a de Flandres e a de Ardenas. Em Reims, como em Besançon, destaca-se também o papel desempenhado pelas estradas na delimitação de seus subúrbios. "Os limites do espaço urbano só são fixados de maneira precisa nos lugares onde as estradas os traspõem... Esses pontos extremos distam de 5 a 7 km da *cité*, o que corresponde a pouco mais de uma légua francesa (4.440 m), nunca ultrapassando uma légua e meia." (P. Desportes)

O excelente estudo da rede rodoviária medieval de Forez de Étienne Fournial ressaltou também a densidade dessa rede, a ausência de "grandes estradas", de caminhos construídos com traçado nitidamente individualizado (ao contrário das estradas romanas, "só havia na Idade Média direções gerais que eram seguidas *grosso modo*, por numerosas variantes de detalhe"), salvo precisamente nas proximidades das cidades. Montbrison, capital do condado, atrai assim várias ramificações do "caminho de Forez", atestado já em 1163, ano em que Luís VII, voltando do Puy, det m-se em Montbrison. No "caminho de Forez" se entronca, no Hôpital de Mallevall, uma via de extensão mais ambiciosa, o "grande caminho batido", via de grande comércio que se dirige para Roanne e Nevers. Ao longo da estrada principal [pág. 027] do Puy a Nevers "nasceram as primeiras cidades do Condado". Nas imediações do Forez passava ainda uma grande estrada meridiana, chamada ora "via francesa", ora caminho lion s", e que era "a estrada pública principal de Lyon a Paris".

Sobre as estradas havia, para a travessia dos rios, pontes que se ligavam apenas a aglomerações modestas, como a que, ao norte de Charlieu, atravessava o Loire entre Chambilly e Marcigny. Mas as principais pontes eram pontes urbanas, e o período 1150-1340   o grande período de constru o dessas pontes, notadamente das que foram então construídas ou reconstruídas em pedra.

A cada senhor sua honra. A ponte de Avignon, a única sobre o Ródano, quando o descemos desde Vienne,   construída de 1177 a 1185.

Em Rouen, onde a ponte, "a única existente sobre o baixo Sena, era de uma importância vital para a unidade do ducado" (L. Musset), realizaram-se dois feitos excepcionais. No final do século X ou no começo do XI construiu-se uma ponte de madeira, mas que constituía "uma obra de arte excepcional para a época". Na altura de 1144-1145 ela foi refeita, "muito forte", em pedra, e contava treze arcos. Nessa data, evidentemente, a ponte que serviu   cidade não foi obra de uma comunidade urbana, que mal existia, mas dos senhores da Normandia, Godofredo Plantageneta e a imperatriz Matilde.

Narbonne possuía uma ponte romana. Essa ponte é, provavelmente, a que foi substituída no fim do século XII ou começo do XIII por uma ponte de pedra que pouco depois se chamará de Pont-Vieux. Em 1275 os "sábios homens da *citée* e do burgo" (Narbonne   uma cidade dupla) decidem a constru o de uma ponte sobre o Aude que, da porta do burgo perto da qual estão instalados os carmelitas, no exterior das muralhas, conduzira ao subúrbio de Belv ze, e o [pag. 028] arcebispo, senhor da margem esquerda, autoriza sua constru o, terminada em 1293. Mas essa ponte de madeira   frágil. Em 1326   decidida a reconstru o da ponte de pedra. Ela   concluída em 1331.   a Pont-Neuf, também chamada ponte dos Carmelitas ou ponte de Belv ze. No entanto, em 1315, os consules da *citée* e do burgo tinham advertido o rei de que as duas pontes ja não bastavam para a atividade da cidade, populosa e mercantil: "Todos os dias as pessoas que se encontram em Narbonne, tanto cidadãos da cidade como estrangeiros, não conseguem ir e vir livremente por essas pontes sem grande abarrotamento e grande dificuldade, donde o grande número de riscos." (J. Caille) Os consules obt m do rei e do arcebispo a autoriza o para construir uma terceira ponte de pedra, fora dos muros, desta feita ao sul do burgo, perto da porta diante da qual se acham estabelecidos os pregadores (dominicanos). A ponte são foi terminada em 1345.

Constru o e manuten o são da competência da comunidade urbana; os consules assinam os contratos de constru o com os empreiteiros escolhidos através de leilão. As obras são financiadas por um pedágio autorizado pelo rei mas arrecadado por rendeiros por conta da comunidade urbana.   um imposto de circula o, o *barragium*, cobrado para a passagem dos homens e dos animais.

Em Cahors, o consulado consolida a Vieux-Pont romana, edifica a Pont-Neuf em 1251 e, enfim, a c ebre ponte de Valentr , a partir de 1308. O selo dos consules apresenta numa face uma ponte com torres. A ponte   o emblema da cidade.

Em Agen, a constru o da ponte cogitada em 1189 são foi terminada um século mais tarde. Outorgada por Ricardo Cora o de Leão, objeto de forais concedidos aos agenenses pelo conde de Toulouse e por Afonso de Poitiers, incentivada pelo rei da Inglaterra Eduardo I a partir de 1284, foi concluída em 1308. [pag. 029]

O significado da ponte (ou das pontes) para a identidade coletiva da cidade   tal que se chegou a escrever que "a constru o e a manuten o das pontes ensejaram o nascimento de alguns consulados" (Ph. Wolff).   o caso da ponte sobre o Aude em Carcassonne e da ponte sobre o Tarn em Albi.

A cidade e o interior: estrutura e pontos quentes

Com ou sem muralhas, a cidade tem uma forma. Essa forma depende em primeiro lugar, obviamente, do sítio geográfico. Há cidades de planície, cidades planas. Mas a maioria das cidades procura os terraços, os morros, as colinas, para proteger-se das inundaoes e para

defender-se — mas também para responder aos temas do imaginário. Ora, este é dominado pela ideologia bíblica. Um texto é freqüentemente comentado pelos teólogos, pelos pregadores. É o versículo de Mateus 5, 14, em que Cristo faz o elogio da cidade empoleirada: "Uma cidade edificada sobre um monte não pode se esconder."

O centro das cidades é por vezes tortuoso. É um *dédalo* de ruelas. Essa desordem provém da marca feudal muitas vezes impressa no solo urbano. Os limites dos feudos e das *censives*, espaço sobre o qual o senhor cobra um imposto em dinheiro, o censo, explicam-no freqüentemente. Mas esse aspecto de desordem não nos deve enganar.

A cidade medieval é ordenada. Em três casos, que compreendem a maioria das cidades francesas, uma estrutura se impõe.

O primeiro é o de cidades oriundas de uma *citée* da época romana. Têm um centro constituído pela cidade do Baixo Império que muitas vezes conservou as suas muralhas. Sobretudo, o cruzamento de dois eixos perpendiculares permaneceu [pág. 030] visível na fisionomia da cidade. Essas *citées* antigas engastadas na cidade medieval são em geral de pequena superfície. Toulouse, com 90 ha, e Metz, com 70, são duas exceções; a maioria tem entre 5 e 30 ha. É o caso de Bor-deaux, Orléans, Reims, Troyes, Nantes, Soissons, Nevers, Beauvais, Autun, Dijon, Tours, Rennes, Bayonne, Toul, Sen-lis e Périgueux.

Um segundo caso é o das cidades a que Pierre Lavedan chama "de adesão" [*d'accession*] e das cidades surgidas de núcleos pré-urbanos. Um castelo ou um mosteiro lhes deu origem. A cidade se desenvolve muitas vezes segundo uma espécie de atração exercida pelo castelo ou mosteiro, que ocupa seja uma posição excêntrica relativamente à cidade que se estende em sua direção ou a partir dele (Nice e Mon-tluçon, por exemplo, no flanco de colinas coroadas pelo castelo, Saint-Denis, Charlieu e Saint-Flour, cujas ruas convergem para o mosteiro original), às vezes com uma cidade alta e uma cidade baixa, como em Loches, seja, com uma posição central em relação à cidade que o circunda e da qual ele é o centro (caso de Brive, onde sete ruas irradiantes convergem para a igreja de Saint-Martin — "uma teia de aranha" —, e de Bergues, perfeitamente redonda e recortada por raios em torno da abadia de Saint-Winoc). No caso de vários núcleos pré-urbanos, a cidade, unificada ou não dentro de uma muralha de reunião, permanece policêntrica. Em Reims, por exemplo, há dois núcleos primitivos, a *citée* encerrada na muralha galo-romana de forma oval e o burgo desenvolvido ao redor da abadia de Saint-Remi. No fim do século XII, novos subúrbios se constituem nas terras do ar-cebispado, de um lado, e da abadia, de outro. Sua orientação, em geral determinada por ruas retilíneas que se cortam em ângulo reto e formam um quadriculado, assinala "uma profunda ruptura para com a orientação romana" (P. Desportes). [pág. 031]

Há, enfim, as cidades novas e as *bastides*. O grande especialista dessas aglomerações, Charles Higounet, observa, retomando uma constatação de Pierre Lavedan, que as plantas dessas cidades "foram o resultado de longas tentativas, e não se pode dizer que tenham sido sempre preconcebidas". Algumas vezes as *bastides* têm "o aspecto inorgânico de aldeias de

formação espontânea", outras, como Cordes, fundada em 1222, "simplesmente se adaptam ao terreno". Não obstante, a planta regular, reflexo de um pensamento "racional", predominou: "A planta geométrica acabou por impor-se pouco a pouco à maioria das fundações." A regularidade, ordenada em torno da praça central, acabou prevalecendo: "A praça central inscreveu-se a seguir numa figura em forma de losango ou de quadrilátero imperfeito (Villeréal, Marciac, Sauveterre) e depois num tabuleiro de xadrez quase perfeito (Sainte-Foy, Grenade). Essa perfeição da planta alcançada em Monpazier na segunda metade do século XIII ilustra bem o caráter *dirigido* desses empreendimentos de povoamento."

Finalmente, três elementos aproximam do tipo urbano algumas dessas *bastides*: as muralhas, a igreja e a praça. A construção de muralhas (Sauveterre, Vianne, Domme) data sobretudo do início do século XIV. A praça era "o centro de atração... para o qual se voltavam as preocupações de urbanismo dos construtores. Quadrada ou retangular, freqüentemente subtraída aos fluxos de circulação, chega-se a ela através de ruas de esquina; é cercada por *cobertos*... um mercado em madeira erguia-se na praça (Monpazier, Villeréal, Grenade); às vezes abriam-se nela subterrâneos para abastecimento (Sauveterre-en-Rouergue)".

A bem dizer, se muitas dessas *bastides* foram bem-sucedidas, poucas alcançaram um desenvolvimento propriamente urbano. Muitas continuaram sendo o que o próprio Charles Higounet chama de "aldeias". De um modo geral, [pág. 032] o vínculo entre cidade e campo, característico da cidade medieval, assinala-se aí por traços originais.

Em primeiro lugar pelo terreno: "O terreno da *bastide* dividia-se geralmente em três categorias de lotes: locais de construção (*platea*, *ayral* ou *localium*), de forma retangular, fachada estreita dando para a rua (8x24 m); jardim ou pequena parcela fechada, na periferia imediata da aglomeração (*casal*, cerca de um quarto de arpeno); arpenos de terras cultiváveis ou vinhas. Numa grande *bastide*, Grenade-sur-Garonne, foram previstos 3 mil locais de construção e o mesmo número de casais. Como os habitantes eram obrigados a construir o mais cedo possível, as primeiras edificações foram muito rudimentares, em madeira e em taipa."

O caráter urbano dessas *bastides* decorreria, segundo Charles Higounet, não apenas da ação de grandes oficiais, como o senescal Eustache de Beaumarchais, mas também da ação dos cistercienses, que, no século XIII, transformaram em *bastides* um certo número de suas "granjas": "Os criadores dessas *bastides* não se contentaram em traçar a planta de novas aglomerações, mas *organizaram* também, por vezes, o seu espaço agrário. As plantas parcelares e as vistas zenitais de Mazères, Cordes-Tolosannes, Saint-Lys, Boulogne-sur-Gesse e Grenade mostram todo um sistema de caminhos rurais que, prolongando as ruas principais do povoado, recorta o campo em bairros geométricos."

A nova cidade medieval, portanto fez-se principalmente a partir de uma implantação anterior, cidade galo-romana, mosteiro da Alta Idade Média, *castrum* do começo do feudalismo, entre o século IX e X. A história muda, mas faz-se quase sempre no mesmo local.

Daí as ilusões da continuidade.

Herdeira de uma história longa, cujo sentido ela modifica, a cidade medieval traz em seu próprio interior, mais ainda que em suas relações com o exterior, os sinais dessa [pág. 033] história de que ela procede. Tem uma memória topográfica, donde ser raríssimo que, como no caso das *bastides*, ela tenha *um* centro afirmado. A cidade medieval é policêntrica. E até mesmo, em cada um de seus elementos que permaneceram mais ou menos independentes, só raramente existe um verdadeiro centro. O que estrutura a cidade é um certo número de lugares e monumentos que determinam até certo ponto o ordenamento das casas e das ruas e, sobretudo, a circulação. Arlette Higounet-Nadal chama-os com razão de "pontos de referência", pois nos documentos eles servem de referência, tal como na vida cotidiana dos cidadãos, para localizar cada ponto de seu meio ambiente. Chamo-os também de "pontos quentes", porque exercem sobre os cidadãos um poder de atração (ou de repulsão) que faz subir a tensão ao seu redor. Mais ou menos excepcionais por seu material, forma, função e uma certa carga estética (provavelmente ainda percebida de maneira confusa nessa época em que um senso estético urbano desponta lentamente, a princípio, ao que parece, na Itália, são também o símbolo de poderes impressionantes. São aceleradores da vida urbana. Três poderes, sobretudo, manifestam-se nelas e representam as três funções indo-européias de Georges Dumézil. Em primeiro lugar está a função religiosa. A Igreja é a primeira a se fazer presente na cidade por seu peso monumental, incomparável ao dos outros poderes, e seu peso topográfico: igrejas, ocupação do solo pelos santuários (igrejas e conventos) e seus anexos. A isso se acrescenta sua atração como centros litúrgicos, centros de devoções e de cerimônias, relicários, pontos de partida de procissões. A Igreja se faz poderosamente presente em sua dupla função, de religião e de ideologia dominante. Vamos reencontrá-la também no exercício das duas outras funções: função econômica de arrecadação (dízimos, censos, rendas), função de comando (alta justiça). [pág. 034]

Depois vem a função econômica, característica da cidade medieval. Ela ainda tem poucos monumentos durante o nosso período, mas marca intensamente a topografia: praças e mercados, ruas de artesãos e de mercadores agrupados, moinhos urbanos ou suburbanos. Ela suscita, como veremos, uma rede hidráulica urbana essencial à cidade. Assinala-se também por seus avanços no sentido do poder econômico-político: mercados, peso público e logo casa comunal, futuro paço municipal, e, no nível individual, casas de pedra dos patrícios, freqüentemente, como as dos nobres, com torres.

Finalmente há a função política. Esta talvez seja, se não a menos visível, em todo caso a que age menos direta e cotidianamente sobre a estrutura e a vida da cidade. Da autoridade de um senhor local ou regional à do rei, a fortaleza senhorial ameaça, domina a cidade, mas ou se projeta sobre ela ou nela está enquistada, mais do que inserida. Decididamente, esse poder aparece principalmente pelas funções de repressão que ele conservou por intermédio da alta justiça: prisões e sobretudo pelourinho e patíbulo.

Para o conjunto desses pontos de referência ou pontos quentes, tomemos dois exemplos, o primeiro extraído de uma leitura das plantas do *Atlas* das cidades medievais da Alsácia, o segundo do magnífico livro de Arlette Higounet-Nadal sobre Périgueux.

Três elementos inscrevem na planta das cidades alsacianas um traço particularmente importante: o castelo senhorial, as igrejas, o ou os mercados. Estes dois últimos elementos, aliás, estão às vezes associados, como em Colmar, onde o mercado de Saint-Martin, atestado já em 1226, ergue-se em torno da igreja paroquial de Saint-Martin, tornada colegiada em 1234. Menções mais ocasionais põem em evidência outras edificações ou lugares econômicos, construções ligadas ao problema da água e dos locais judiciários. **[pág. 035]**

Para os primeiros, cumpre notar os estabelecimentos especializados em peixes, gado, grãos, tecidos, ervas, etc, os mercados, notadamente os mercados de trigo e sobretudo de tecidos ou *watschale* (Altkirch, 1285) ou *watlaube* (Ribeauvillé, 1302; Sélestat, 1314), os açougues e açougues-matadouros, os tornos e as arcadas de diferentes ofícios. Menção particular deve ser feita aos moinhos, as primeiras "fábricas" da economia ocidental (podem-se localizar sete deles em Colmar, entre 1262 e 1352, e seis em Hagueneau). Balanças públicas, pesos e medidas (*Sinne*) e moedas manifestam, ao lado do mercados, o controle do artesanato e do comércio pela cidade. Os diferentes usos comunitários da água são evocados pelos poços, fontes e banhos (há onze estabelecimentos de banhos localizáveis em Estrasburgo antes de 1350).

Finalmente, a justiça se mostra com os tribunais, as prisões (muitas vezes instaladas num edifício do castelo), os pelourinhos e, quase sempre situado fora da cidade, o patíbulo.

Um bordel é localizado em Sélestat em 1310.

Os cemitérios intra-urbanos indicam que os mortos adquiriram direitos de *cité* com o cristianismo e que constituem lugares de reunião.

Só tardiamente vêem-se surgir paços municipais, localizáveis em Mulhouse em 1293, em Turckheim em 1315, em Estrasburgo em 1321, em Ribeauvillé em 1342.

Em Périgueux, Arlette Higounet-Nadal ressalta inicialmente as casas de importantes senhores que trazem o nome de salas (*sala*). Há três delas: a sala do conde, a sala do vicário [*viguier*], que administrava justiça em nome do capítulo e foi relegado à sombra pelos burgueses na primeira metade do século XIV, a sala Grimoart, pertencente provavelmente a um cavaleiro e que era no fim do século XIII "um dos pontos da cidade em relação ao qual se definia todo **[pág. 036]** um setor de habitantes". Havia em seguida a casa do consulado, edificada provavelmente na segunda metade do século XIII, construção de vários andares flanqueada por uma torre de seis andares e ameada, semelhante a uma torre de atalaia. Os edifícios de ordem econômica eram um *chaufour*, forno de cal construído pelo consulado entre 1347 e 1352 para escapar à tutela dos irmãos pregadores, a cujo *chaufour* era preciso recorrer antes, edifícios cobertos encerrando os pesos oficiais, alguns deles próximos às entradas da cidade, e o Grande Peso ou "Peso dos Burgueses" (*pes de Borzes*), provavelmente

contíguo à casa do consulado. Os lugares que serviam de principais pontos de referência eram os cruzamentos, as praças, das quais a mais importante era a Clautre, onde ficavam o mercado (já atestado em 1240) e o único chafariz da cidade. Os pontos de referência de bairros eram a princípio as igrejas, depois as casas de notáveis, algumas das quais em pedra, os fornos e os lagares (de cada um conhecem-se cerca de vinte) e, enfim, os açougues. A importância dos rios aumentou com o desenvolvimento do artesanato, notadamente dos ofícios cujas técnicas requeriam a imersão dos produtos na água, tecelagem ou curtume. O "inventário" de 1296, inquérito feito nos domínios de Franche-Comté pelo rei da França, que acaba de adquiri-lo, recomenda, por exemplo, enviar fabricantes de tecidos de Paris a Gray, pois "em Gray está Drugeon, bom rio para cardar". Em Troyes, em 1355, os habitantes do Pequeno Curtume levam perante o parlamento de Paris seu conflito com os irmãos pregadores, que querem incluir no jardim de seu convento um caminho que permite aos habitantes ter acesso ao Sena. As cidades medievais utilizaram cuidadosamente toda uma rede, no interior de suas muralhas, de regatos, braços de rios e canais, muitos dos quais foram posteriormente cobertos ou atulhados. Chegou-se [pág. 037] a afirmar que as cidades medievais foram outras tantas "Venezas"².

A rede aquática está ligada a construção de moinhos. Eles dão às cidades no fim do século XIII um certo aspecto "industrial". Tais moinhos se estabelecem parcialmente no exterior das muralhas, às margens dos rios que circundam a cidade ou a costeiam num de seus lados, ou mesmo nos fossos, como em Cernay, na Alsácia, onde se fala em 1268 do "fosso dos moinhos". Em Albi, por exemplo, onde existem muitos moinhos às margens do Tarn (moinhos produtores de farinha de trigo, tecidos, tinturas e, no final da Idade Média, papel), há também moinhos às margens dos regatos afluentes. Em Périgueux, numerosos moinhos existem no século XIV, a montante e a jusante, às margens do Isle. Alguns deles são fortificados, como o moinho de Saint-Front, ao pé da colegiada, imediatamente a jusante da ponte de Tournepiche, não longe da rue Neuve, "elemento muito característico da paisagem urbana das margens do Isle". Às vezes, os habitantes se queixavam de que os moinhos eram um obstáculo à navegação fluvial. Em Périgueux, acusaram-se os moinhos e seus diques — que no entanto comportavam várias "represas" — de terem impedido a navegação no Isle. Entre os numerosos litígios e processos surgidos por causa desse problema, citemos a intervenção, em junho de 1216, em Compiègne, de Filipe Augusto para dirimir um conflito entre a abadia de Prémontré, de um lado, e os mercadores que utilizavam o Oise como via de transporte e os burgueses de Chauny (no Aisne atual), de outro, que se queixavam da dificuldade para a passagem dos [pág. 038] navios nas adjacências de dois moinhos pertencentes à abadia.

Nas cidades, os moinhos eram frequentemente associado às pontes (as de Paris eram

² Segundo a tese de terceiro ciclo inédita de A. Guillerme, *Quelques problèmes de l'eau dans les villes du bassin parisien*, Paris, École des hautes études en sciences sociales, 1976.

célebres), e essas pontes, com seus moinhos-barcos e casas construídas em cima, muito originais, formavam um dos elementos mais espetaculares da paisagem urbana. No final de 1182 ou no começo de 1183, vê-se, por exemplo, Filipe Augusto conceder a seu copeiro real Baudoin um arco sobre o Grand-Pont em Paris para edificar ali uma casa sobre o moinho dos templários.

Os mercados mais impressionantes e mais ligados ao complexo "municipal" foram construídos em Flandres já no século XIII. Em Ypres, os mercados confinam com o paço municipal e a torre de atalaia, e sua fachada principal fica no lado longo do retângulo da Grand-Place [Grande Praça]. Em Bruges, estão igualmente associados à torre de atalaia. Em Gand, os célebres mercados de tecidos só no século XV vieram a juntar-se à torre de atalaia dos séculos XIII-XIV.

No que concerne à Grand-Place (que nem sempre existe) das cidades, notemos um caso-limite. Em Montauban, criada pelo rei da França em 1144, a praça ocupa exatamente o centro da cidade, cuja forma, um trapézio, ela reproduz; ela é o signo visível, simbolicamente repetido no centro da cidade, de sua forma exterior.

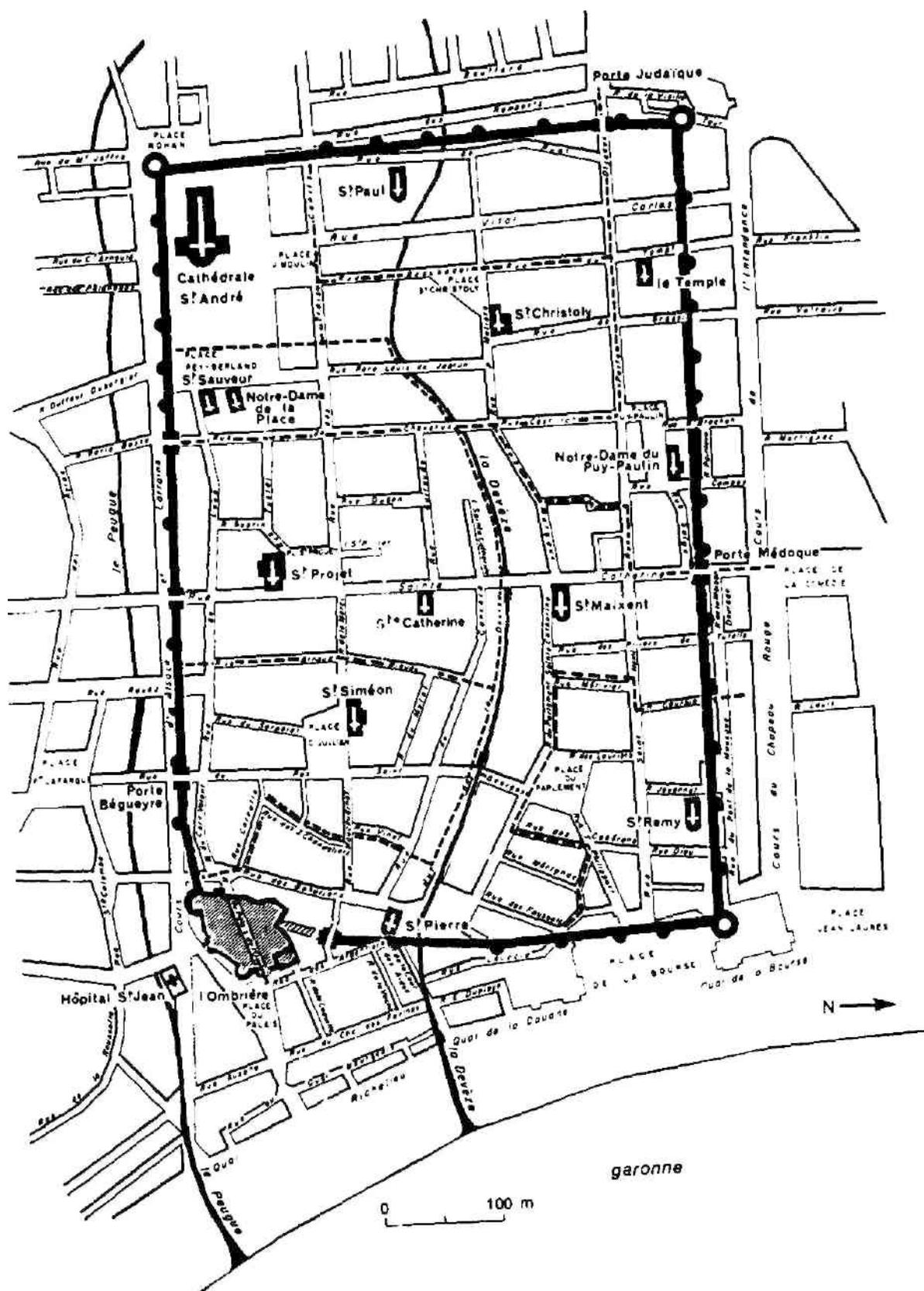
É curioso notar que a casa comum (o que chamamos de paço municipal) foi muitas vezes construída tardiamente e que nem todas as cidades a possuem. Em Bordeaux, grande cidade, a câmara municipal, *a jurade*, se reunia numa igreja. Nas *bastides*, *a jurade* e o consulado reúnem-se freqüentemente no andar superior dos mercados, que lhes é reservado. O mesmo ocorre em La Réole, Grenade, Villereal e Damazan. Em Gand, ainda em 1191-1192, o magistrado instala-se ao ar livre para julgar, na praça diante da igreja de Saint-Jean. [pág. 039]

O pelourinho situa-se geralmente num lugar bem central — por exemplo, em Poitiers, no Mercado Novo, fundado no fim do século XII. O patíbulo, em compensação, é erigido mais freqüentemente a alguma distância da cidade, como o célebre patíbulo parisiense de Montfaucon. Em Périgueux, o patíbulo estabelecido em 1315 no planalto de Écorneboeuf, ao sul da cidade, e de uso freqüente, é objeto de uma vigilante manutenção. Situado quase sempre nas proximidades de uma estrada importante, para ser visto por aqueles que entram na cidade e saem dela, é também um lugar de passeio para os cidadãos.

A cidade medieval encerra muitas vezes entre seus muros — onde ela flutua um pouco, pois tinham-se amplas perspectivas no fim do século XII e começo do XIII — espaços não-construídos, terrenos cultivados, jardins, prados que lhe conferem aquele caráter de "cidade campestre" a que já nos referimos. Em Périgueux, há poucos desses jardins no interior da cidade, salvo alguns "pomares". Mas a cidade é circundada por jardins e "rios" (*ribieyras*), franja de capim transformada em pradarias ao redor do vale do Isle e dos ribeiros afluentes.

Há, enfim, na maioria das cidades, divisões que não coincidem nem com um elemento constitutivo da cidade, nem com uma paróquia, formando conjuntos que estão entre os mais vivos e mais personalizados da cidade. São os bairros [*quartiers*], cujos nomes logo aparecem

com frequência nos documentos, como o das "Aubergeries" em Périgueux, atestado já em 1254. Esses bairros parecem às vezes organizar-se em torno de uma rua que lhes dá o nome. Em Périgord, por exemplo, situam-se inicialmente ruas ou casas em relação à rue Neuve (*in carreria de Rua Nova*); depois, em meados do século XIV, aparece a expressão "o bairro de Rua-nova" ou "la quartieyra de Rua Nova". Assim, em Reims, o bairro da Nouvelle Couture, loteado pelo arcebispo a partir **[pág. 040]**



A *cité* e as paróquias urbanas de Bordeaux, segunda metade do século XII, conforme Ch. Higounet, *Bordeaux pendant le haut Moyen Âge*, Féd. hist. du Sud-Ouest, 1963. [pág. 041]

de 1183, tomou o nome de sua artéria central, que, em verdade, era muito larga porque destinada a ser um local de feira.

Realidades vivas, porém mal definidas, os bairros, componentes característicos da cidade medieval, ainda são mal conhecidos.

O equipamento religioso: paróquias e conventos mendicantes

Na Idade Média a religião exprime, enquadra, controla ou tenta controlar todos os fenômenos. Está presente, portanto, de maneira visível, espetacular, no coração da cidade. Suas encarnações urbanas permitem também detectar o crescimento das cidades, a mudança de sua natureza. E mais ainda. É muito difícil definir a cidade medieval e fazer uma lista das cidades da Idade Média. As palavras empregadas para designar a cidade nos documentos medievais são múltiplas e quase sempre vagas, o que torna sem maior interesse a definição de Erich Keyser e Carl Haase: "É cidade o que chama a si mesmo de cidade de maneira oficial." A palavra *ville*, em francês antigo, designa no século XIII tanto cidades como aldeias e, com efeito, é difícil estabelecer uma distinção na realidade. O critério físico da muralha — importante — é insuficiente, como vimos; há cidades sem muralhas e aldeias fortificadas. O critério do número de habitantes, que é hoje, oficialmente, o mais empregado, mas não satisfaz, com razão, aos geógrafos e aos especialistas das ciências humanas, é totalmente inaplicável à Idade Média, para a qual não dispomos de meios de avaliação satisfatória do número de habitantes. Mais discutível ainda é o critério jurídico: não há diferenças nos privilégios, *nas franquias* concedidas a aldeias ou a cidades, as fórmulas jurídicas da identidade [pág. 042] urbana são muito diversas. O critério econômico tem um duplo inconveniente: a dificuldade em defini-lo (aldeias são lugares de feiras e de mercados), o fato de que, embora capital na gênese e no fundamento da cidade, nem por isso ele esgota sua natureza e não basta para explicar o fenômeno urbano. Parece-me, porém, como se verá mais adiante, que a definição mais aproximada da cidade é a que parte da noção de setor terciário, formulada pelos economistas modernos. Mas, do ponto de vista da localização da rede urbana, para o período, o fenômeno mais estreitamente relacionado ao fenômeno urbano é o da implantação eclesiástica. Ele se manifesta duplamente: pelo salto numérico de uma rede antiga, a das paróquias, e pelo aparecimento de uma nova rede, a dos conventos mendicantes.

O valor da extensão da rede paroquial como critério de evolução histórica é limitado por dois fatos: o primeiro são as lacunas da documentação e a falta de estudos sobre esse fenômeno que, não obstante, é de primordial importância; o segundo é o "conservantismo" eclesiástico, principalmente no domínio secular, que preferiu proceder ao aumento do território das paróquias antigas a criar novas paróquias. A segunda metade do século XII e o começo do XIII foram, contudo, o período da elevação máxima do número de paróquias urbanas; estas atingiram uma cifra que por quase toda parte permaneceu imutável até a

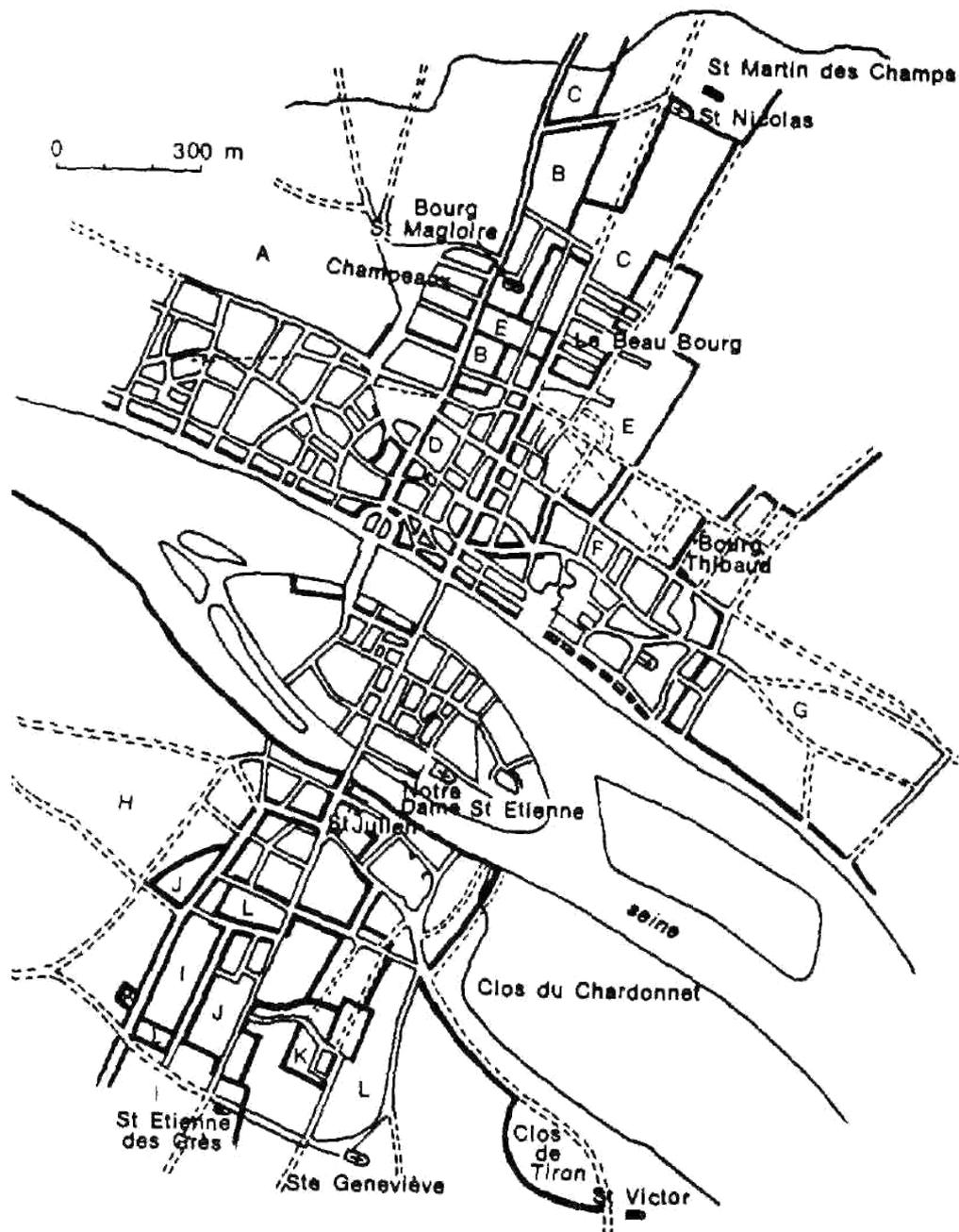
Revolução.

Em Rouen, por exemplo, a rede paroquial atingiu então a cifra de 35 paróquias, cerca de dois terços das quais atestados antes de 1204. A *cité* antiga e seu crescimento por ocupação de terras ganhas pelo Sena foi dividida numa dúzias de paróquias, os subúrbios oeste e noroeste formaram uma dúzias de outras paróquias, o arrabalde mais distante contou com uma dezena delas, mas o burgo formou apenas uma paróquia, Sainte-Croix-Saint-Ouen, cuja sede foi durante muito tempo a abadia. **[pág. 043]**

Em P rigeux, o burgo, a "cidade do Puy Saint-Front", compreendeu apenas duas paróquias: Saint-Front, que em 1342 se gabava de estar "totalmente compreendida no interior das muralhas", e Saint-Silain, muito menor. Em 1365, ano de um recenseamento, 85% das famílias arroladas residem na paróquia de Saint-Front e apenas 15% em Saint-Silain.

Em Paris, o excelente livro de Adrien Friedmann permite acompanhar a evolução paroquial juntamente com a evolução urbana. O grande período da expansão paroquial foi o século XII. Na margem direita, pouco após a instala o do mercado de Champeaux, quatro centros paroquiais, como vimos, surgem ao longo da estrada de Saint-Denis; Saint-Leufroy, Sainte-Opportune e os Saints-Innocents foram criados por desmembramento de Saint-Germain-1' Auxerrois; Saint-Jacques-de-la-Boucherie assumiu uma importância considerável. Por ocasião da reconstru o da catedral de Notre-Dame, o bispo Maurice de Sully procedeu em 1183 a uma reorganiza o paroquial na Cit , transformando doze capelas em outras tantas paróquias. Um segundo arcipreste apareceu para a margem esquerda em Saint-S v rin — velha igreja merov ngia erigida em paróquia antes de 1080 —, enquanto o primeiro arcipreste, às vezes domiciliado numa paróquia da Cit  ou da margem direita, logo se viu ligado de maneira estável   paróquia de Sainte-Madeleine de la Cit .

A constru o do muro de Filipe Augusto teve uma conseq ncia considerável. Obrigando   remodela o as paróquias que, como Saint-Merry, Saint-Gervais e Saint-Paul-des-Champs, tinham um território encavalado no traçado da muralha, ela tendeu a desfazer os primitivos la os entre organiza o dominal/senhorial e organiza o paroquial, para ligar esta  ltima   organiza o propriamente urbana. Na margem esquerda, o domínio de Saint-Germain-des-Pr s sofreu **[pág. 044]**



- | | |
|--|--|
| A. Paróquia de Saint- Germain-1' Auxerrois. | G. Paróquia de Saint-Paul- des- Champs. |
| B. Anexo paroquial de Saint- Barthélemy. | H. Paróquia do burgo de Saint- Germain-des-Prés. |
| C. Paróquia do burgo de Saint-Martin-des-Champs. | I. Paróquia de Saint-Séverin. |
| D. Paróquia de Saint-Jacques. | J. Paróquia de Saint-Benoit. |
| E. Paróquia de Saint-Merry. | K. Paróquia de Saint-Hilaire. |
| F. Paróquia de Saint-Gervais. | L. Paróquia do burgo de Satnte-Geneviève. |

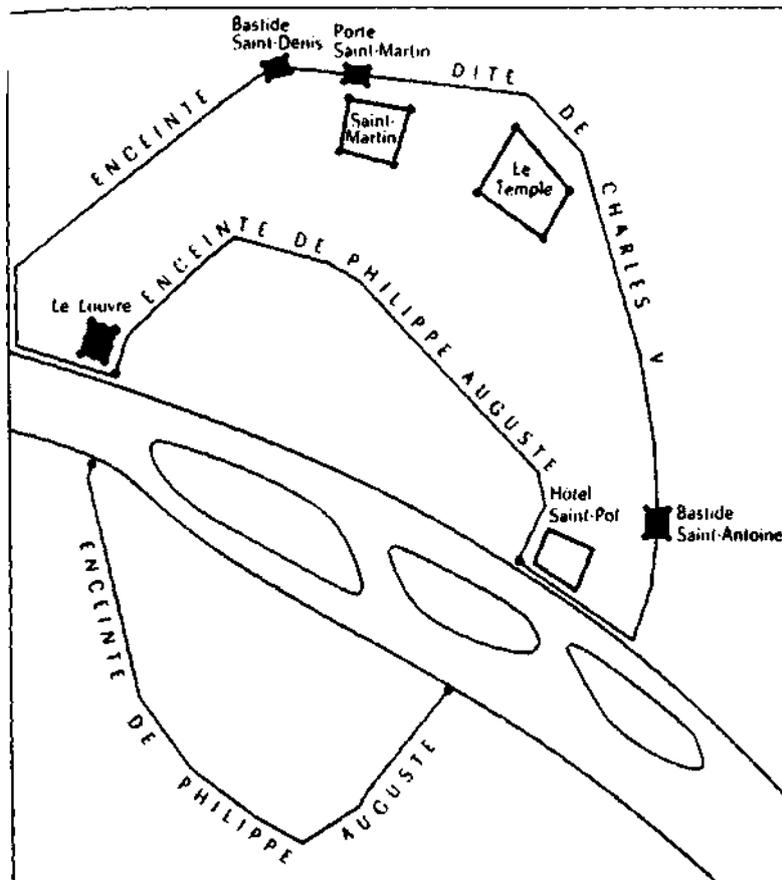
Paróquias da aglomeração parisiense por volta de 1150, segundo A. Friedmann, *Paris, ses rues, ses paroisses*, Plon, 1959. [pág. 045]

também, por isso mesmo, profundas modificações, assim como a construção de uma muralha em Gand trouxe-as aos domínios de Saint-Pierre e de Saint-Bavon.

Finalmente, o loteamento de antigos domínios eclesiásticos ou recintos para acolher hóspedes que gozavam de certos privilégios determinou também uma repercussão dessas hospedarias sobre a rede paroquial. Por exemplo, na margem esquerda o recinto de Garlande, propriedade do capítulo de Notre-Dame, e o recinto da abadia de Tiron passaram para a jurisdição paroquial, respectivamente, de Saint-Sévérin e Saint-Nicolas-du-Chardonnet. Na margem direita, o arroteamento do pântano de Sainte-Opportune, pertencente ao capítulo de Notre-Dame, converteu, já em 1180, em novos colonos os paroquianos de Saint-Germain-l'Auxerrois.

Mas, sobretudo, a implantação, ao longo do século XIII, dos conventos das novas ordens mendicantes, reduzidas a quatro pelo segundo concílio de Lyon em 1274 — os pregadores ou jacobinos, nossos dominicanos, os menores ou *cordeliers*, nossos franciscanos, os agostinhos e os carmelitas —, revelou a nova fisionomia urbana e marcou-a profundamente.

As ordens mendicantes originaram-se do agudo sentimento que tiveram alguns homens e mulheres, principalmente dois, Domingos de Osma e Francisco de Assis, da inadaptação das estruturas e práticas da Igreja às condições de um mundo submetido a uma aceleração da história. Suas motivações conscientes eram sobretudo, para o primeiro, a luta contra a heresia e, para o segundo, a luta contra o dinheiro. Mas cada um desses combates conduzia-os a um mesmo terreno, a cidade. Querendo romper com a tradição monástica que preconizava a instalação na solidão — ainda que essa solidão fosse muito freqüentada e não apenas combinasse com o modelo urbano da Alta Idade Média [pág. 046]



O crescimento urbano: as duas muralhas de Paris. Elas correspondem às duas grandes fases do crescimento parisiense: primeiro o século XII, depois o período 1200-1300, devido sobretudo ao desenvolvimento da região econômica da margem direita. A superfície protegida passa de 273 a 439 hectares (segundo R. Cazelles, *Nouvelle Histoire de Paris*). [pág. 047]

mas estivesse por vezes na origem de cidades de um novo estilo —, eles plantaram seus conventos (que não eram mosteiros) no meio dos homens e, a princípio, no meio daqueles "homens novos" de cujos problemas queriam encarregar-se e cujos desvios pretendiam combater, os homens das cidades. Um dístico não tardou a registrar esse momento decisivo na localização dos religiosos:

*Bernardus valles, montes Benedictus amabat,
Oppida Franciscus, celebres Dominkus urbes.*

(Bernardo amava os vales, Bento as montanhas,
Francisco os burgos, Domingos as cidades populosas.)

Empenhados em estar presentes onde quer que pudessem ser úteis, eles quadricularam a nova rede urbana, implantando-se em todas as cidades nas quais não depararam com resistência insuperável, isto é, a imensa maioria. Não dispendo de rendas dominiais, tirando seus recursos de coletas, isto é, de levantamentos de dinheiro ocasionais sobre a economia

monetária, vivendo num período em que, sobretudo nas cidades, difunde-se o espírito de cálculo e de previsão, eles estudaram as condições favoráveis ao seu estabelecimento em cada localidade considerada, dedicando-se assim, de maneira mais ou menos consciente, a um estudo do limiar a partir do qual uma cidade era suscetível de acolher e fazer viver um de seus conventos. Perceberam que esse cálculo punha em causa um mínimo de população, já que uma certa estrutura econômica e social apresentava, graças ao artesanato e ao comércio, meios sócio-profissionais capazes de dispor de uma parte de sua fortuna em dinheiro líquido passível de ser dado, na tradição das doações à Igreja, aos seus conventos.

Logo reconhecidos, incentivados, favorecidos e também controlados pelo papado, eles formaram a dois (dominicanos e franciscanos) [pág. 048] e depois a quatro (com os agostinhos e os carmelitas), apesar de certas rivalidades, um sistema que dividiu a rede urbana num nível duplo. Nas cidades pequenas, os franciscanos empenharam-se em estar presentes em quase toda parte. Nas cidades mais importantes, os dominicanos e, depois, na segunda metade do século XIII e no começo do XIV, os agostinhos e os carmelitas, que partiram mais tarde e não dispunham do poder de sedução que pregadores e menores deviam aos seus fundadores, à sua experiência e ao seu prestígio, juntaram-se aos franciscanos para produzir, segundo a capacidade das aglomerações urbanas, cidades com dois, três ou quatro conventos mendicantes. No interior de uma mesma cidade, em consequência de diversas medidas do papado unificadas por Clemente IV na bula *Quia plerumque* de 28 de junho de 1268, cada convento teve que se estabelecer a menos de trezentas "varas" em linha reta (cerca de 500 m) do convento mendicante mais próximo.

Sobre o clero regular das paróquias, sobre os monges dos mosteiros urbanos e suburbanos das ordens antigas ou mais recentes, os mendicantes tinham três vantagens. Não se ocupando juridicamente da *cura animarum*, o cuidado das almas, não estavam, malgrado sua implantação concertada, ligados a um território com a paróquia. Trabalhando para toda a cidade, estavam ligados à sua comunidade e à identidade coletiva desta. Em seguida, dirigiram seus esforços principalmente para três preocupações essenciais para os homens e mulheres do século XIII: a comunicação pela palavra (foram especialistas do sermão e atraíram multidões para esse grande espetáculo do fim da Idade Média), pela confissão (autores dos principais manuais de confessores, em virtude da obrigação determinada para todos os cristãos pelo Concílio de Latrão IV, em 1215, de se confessar ao menos uma vez por ano, influíram de maneira decisiva na vida [pág. 049] interior e na casuística moral dos fiéis) e pela morte (uma reorganização do além, que concedia novos poderes ao inferno e ao diabo, atribuía um território ao purgatório e concretizava de forma mais realista o paraíso, permitiu-lhes atrair os cidadãos preocupados com uma boa morte e com seguranças no novo além, sobretudo os ricos, antigos e novos, a quem, embora laicos, por um lance de gênio, abriram um espaço de sepultura nas suas igrejas). Enfim, paradoxalmente, nesse lugar por excelência da nova economia monetária, ofereceram, tanto aos que dela se aproveitavam quanto aos que

a sofriam, o contrapeso do ideal da pobreza.

Chocaram-se, certamente, contra a hostilidade do clero paroquial, cujas ovelhas reduziram e ao qual subtraíam uma parte dos seus recursos, o emolumento formado pelas oferendas para batismos, casamentos e sepulturas. No mais das vezes, porém, souberam encontrar fórmulas de acordo com os seculares para a partilha das rendas. Ao apoio do papado juntou-se, sobretudo na França, o favor do poder monárquico, tornado cada vez mais essencial, notadamente no meio urbano, no curso do século XIII. Branca de Castela e São Luís favoreceram por suas doações, em vida e nos seus testamentos, pelo lugar que concederam ao seu círculo (confessores e pregadores, familiares, preceptores dos filhos da monarquia, inquiridores no reino), os religiosos mendicantes. Chegou a correr o boato de que São Luís fizera-se um deles e de que, se não se decidiu a isso, foi por não ter sabido escolher entre os dominicanos e os franciscanos.

A implantação dos conventos mendicantes evoluiu com freqüência ao longo do século XIII. Instalados a princípio na periferia e mais particularmente no exterior das muralhas, tanto por causa de sua falta de notoriedade, que não lhes permitia receber localidades mais centrais, quanto pela tendência a estar em contato com imigrantes recentes, a maioria desses conventos, à medida que os mendicantes [pág. 050] faziam a conquista social, financeira e moral dos cidadãos, transportaram-se para um lugar mais central.

Em Limoges, por exemplo, os dominicanos instalaram-se em 1219 numa casa "fora da cidade, do outro lado do Vienne, perto da ponte de Saint-Martial", que lhes é dada pelo arqui-diácono Guy de Clausello, pouco depois bispo de Limoges. Mas em 1240, "devido à grande inaptidão e desconforto desse lugar, afastado da cidade e pequeno demais, aonde os lemovicianos não vêm", os dominicanos manifestaram o desejo de deixar o local e, com a ajuda de Deus e da Virgem Maria, mais o dinheiro de Aymeri Palmetz, cônego tolosano da Daurade, conseguiram "miraculosamente" comprar um novo local no interior da cidade.

O interesse das comunidades urbanas pela instalação desses religiosos especializados no apostolado urbano manifesta-se, por exemplo, no apelo feito aos dominicanos em 1291, sempre no Limousin, pelos habitantes de Saint-Junien. A princípio são os cônegos que convidam os pregadores, de quem ouviram falar que "melhoravam tanto no espiritual quanto no temporal" o estado das "cidades e burgos onde se dignaram instalar-se". No ano seguinte, um grupo de burgueses e de outros habitantes doa aos irmãos casas situadas no bairro de Salern, perto de Saint-Junien, "com vergéis e grupos de edifícios".

Entre o Ródano e os Alpes, o P. Bernard Montagnes estudou os conventos dos pregadores, dos quais apenas um permaneceu em seu local primitivo, no exterior da muralha (Sisteron), e três situaram-se desde o início no interior da muralha (Die, Saint-Maximin e Seyne-les-Alpes); seis, em compensação, foram englobados numa nova muralha sem ter mudado de lugar (Avignon, Valence, Nice, Aix, Draguignan, Carpentras); nove, estabelecidos a princípio fora dos muros, foram transferidos mais tarde para o interior (Tarascon, Orange,

O P. Vicaire estudou com precisão o financiamento das ampliações do convento dos jacobinos em Toulouse em três campanhas, 1224-1234, 1242-1254 e de c. 1275 a c. 1340. A primeira fase, embora se tenha beneficiado da doação do terreno pelo "maior capitalista" de Toulouse, Ponce de Capdenier, um "novo-rico", três vezes *capitoul**, residente num palácio de pedra com torre e capela, é essencialmente financiada pela mendicidade, a segunda pelos notáveis e pelos laicos poderosos da cidade e a terceira por um grupo de personalidades de primeiro plano, inclusive eclesiásticos. A superfície coberta é enorme, as edificações consideráveis, a igreja uma obra-prima artística. Os jacobinos de Toulouse são doravante "totalmente inseparáveis da grande cidade oc-citana".

A história do convento de Saint-Jacques, convento dos dominicanos de Paris, ilustra os problemas e os êxitos da implantação de um convento mendicante numa grande cidade. Em 1218, Jean de Barastre, deão de Saint-Quentin, mestre de teologia do claustro de Notre-Dame, cede aos pregadores, na saída de Paris, perto da porta de Orléans (no interior da muralha de Filipe Augusto, nos arredores da atual rua Soufflot), o asilo de Saint-Jacques (São Tiago, na estrada de peregrinação de Compostela) com sua capela, que se erguia no meio das vinhas. Os pregadores entram imediatamente em litígio com o clero da paróquia de Saint-Benoît, que queria notadamente proibir-lhes ter mais um sino e obrigá-los a pagar um censo anual. Mas, já em 1221, o capítulo de Notre-Dame lhes dá permissão para celebrar a missa e ter um cemitério particular. Filipe Augusto concede-lhes o usufruto, muito procurado, da muralha e das cinco torres redondas que limitavam seu domínio. Em 1226 eles [pág. 052] adquirem vinhas e, por uma série de compras e doações, formam um imenso jardim fora das muralhas, o feudo do Clos, no subúrbio de Saint-Jacques. Mandam construir uma grande igreja e um vasto convento (devido aos seus vínculos com a Universidade, acolhem numerosos mestres e estudantes da ordem, e o convento teria contado mais de cem irmãos). O claustro é terminado em 1256, a igreja por volta de 1259, a sala capitular no final do século XIII e a enfermaria no XIV. A igreja tinha duas naves de treze vãos de largura desigual, mas de igual altura, separados por uma fileira de colunas. A nave mais estreita terminava no coro dos irmãos, a nave e o coro mais largos eram destinados à pregação aos laicos, do alto de um púlpito fixo que adería à arquitetura da nave. Uma confraria do rosário logo foi fundada. No final do século XIII os jacobinos tinham-se tornado a necrópole de famílias ilustres, de príncipes e princesas das casas de Bourbon e Valois, notadamente. Receberam o coração dos reis Filipe III e Carlos IV, após a morte destes em 1285 e 1328, e as entranhas de Filipe V e Filipe VI em 1321 e 1350. Acolheram igualmente os túmulos de três superiores das beguinas de Paris: Agnès d'Orchies (1284), Jeanne la Bricharde (1312) e Jeanne Romaine (1355).

Trabalhos recentes estudaram a implantação dos mendicantes numa cidade e

* Nome dos antigos magistrados municipais de Toulouse. (N. T.)

principalmente numa região³. Hervé Martin mostrou a tardia e lenta inserção das ordens mendicantes na Bretanha no século XIII e na primeira metade do século XIV. Entre as razões dessa difícil penetração naquele fim do mundo geográfico e religioso, conta-se certamente o modesto nível de desenvolvimento do ducado. As **[pág. 053]** igrejas, ali, assemelham-se às igrejas dos mendicantes no resto da França. A dos jacobinos de Morlaix, com duas naves desiguais, como a dos jacobinos de Paris, é adequadamente definida por Hervé Martin como "um mercado para pregações".

Com o auxílio do catálogo dos conventos mendicantes da França medieval de Richard W. Emery, foi possível localizar 423 conventos fundados entre o início dos anos 1210-1220 e 1275, 215 entre 1275 e 1350. O número cairá para 110 no período 1350-1450. Em 1330 há 226 cidades com conventos mendicantes, dos quais 28 com 4 conventos e 24 com 3 conventos⁴. A população mínima de uma cidade com convento é difícil de avaliar e muda conforme as regiões, as ordens e os períodos. Pode-se pensar que, na Provença do começo do século XV, uma aglomeração deveria ter cerca de 1.500 habitantes para poder tornar-se uma cidade com convento franciscano. Na Bretanha do começo do século XV serão necessários 3.000 para uma cidade com convento dominicano. Penso que esta lista representa, aproximadamente, o mapa da França urbana no apogeu da Idade Média. **[pág. 054]**

³ Estudos inéditos de Annie Cazenave para o Aude e o Ariège (dissertação da VI Seção da Ecole pratique des hautes études) e de Roland Fiétier (Franche-Comté), artigo de Robert Fabreau sobre o Centro-Oeste e o livro de Hervé Martin para a Bretanha.

⁴ A respectiva lista encontra-se mais adiante, pp. 231-2.